



Nº 1145 - Semanal  
0,50 €

14 Março 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvano Gomes da Silva  
Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

## DOMINGO TOCA A VOTAR



# POR UM PORTUGAL SOLIDÁRIO

# A SEMANA REVISTA

A aposta no Porto foi o ponto de viragem da campanha eleitoral com Ferro Rodrigues a pedir aos portugueses uma concentração de votos nas listas do PS. Em crescendo, a onda rosa alastrou a todo o País, sendo os comícios do PS, de longe, os mais concorridos de todos.

Agentes culturais, jovens quadros, economistas e gestores de reconhecido mérito manifestaram o seu apoio à candidatura de Ferro Rodrigues a primeiro-ministro.

Teve lugar na RTP o único debate televisivo com a presença dos líderes dos partidos políticos com assento na Assembleia da República. Ferro Rodrigues destacou-se no confronto e voltou a pedir a maior absoluta para o PS, de forma a garantir a estabilidade do País.

A Fundação Mário Soares e a Civitas promoveram em conjunto um ciclo de debates sobre as "Funções do Estado" nas áreas da justiça, da administração pública e da educação, contribuindo assim para um melhor esclarecimento dos portugueses em vésperas de eleições legislativas.

Diversas iniciativas assinalaram a comemoração do Dia Internacional da Mulher. O secretário-geral do PS interveio num debate em Lamego onde defendeu que os homens devem estar disponíveis para participarem cada vez mais nas actividades domésticas, de forma a que as mulheres tenham mais tempo para a política.

Os museus portugueses passaram a estar acessíveis na NET graças à acção concertada dos Ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia. Desde 8 de Março, os cidadãos podem aceder ao portal [www.matriznet.ipmuseus.pt](http://www.matriznet.ipmuseus.pt) e aí encontrarem uma exposição virtual de mais de 12 mil obras de arte.

Onze aldeias do Algarve vão beneficiar de obras de valorização e restauro até 2003. Trata-se de uma iniciativa que envolve verbas superiores a 30 milhões de euros que vai incidir, nesta fase, nos povoados situados entre o barrocal e a serra algarvia.

## À BEIRA DA "3ª GUERRA"... NO PSD!!!



Fotomontagem António Colaço

**A afirmação de um Portugal solidário para o século XXI tem de ter a assinatura de Ferro Rodrigues. Inteligentemente essa vai ser a escolha dos portugueses.**

**EDITORIAL**

**A HORA DE VOTAR PS**

Já toda a gente percebeu que só há um único candidato em condições de ocupar o palacete da Rua da Imprensa à Estrela. Essa personalidade chama-se Ferro Rodrigues e é secretário-geral do Partido Socialista.

O próximo primeiro-ministro de Portugal têm que ser alguém que conheça as matérias económicas e financeiras e que tenha ideias claras e coerentes sobre todos os aspectos da governação.

Como se provou uma vez mais no debate televisivo em que participaram os líderes dos partidos políticos, o doutor Durão Barroso demonstrou à evidência a sua inconsistência, nomeadamente em matéria de finanças públicas, ao exemplificar as "contratações milionárias na RTP" para dizer como reequilibrar as contas públicas. Esta é a última que nos faltava ouvir, depois de esgrimido o argumento de uma terceira guerra mundial em curso como razão para votar no partido laranja. É confrangedor ver um líder partidário com aspirações a primeiro-ministro ser tão impreparado política e tecnicamente para o lugar.

Por seu lado, o doutor Paulo Portas resignou-se a clamar ser o "braço direito" de um putativo governo do PSD e a articular atoardas contra o Rendimento Mínimo Garantido. No seu habitual registo demagogo-populista recheado de declarações nacionalistas serodias, como é a brilhante ideia de se passar a cantar o hino nacional nas escolas, o líder do PP não trouxe uma única ideia para a campanha, tendo repisado temas há tanto tempo eleitos bandeiras do CDS que já não representam qualquer novidade.

Das bandas dos comunistas, também nada de novo. O doutor Carvalhas parece que ainda não entrou no século XXI, subsistindo mesmo a legítima dúvida da capacidade do PCP em adaptar-se ao tempos modernos, já que continua a propor as irracionais soluções da cartilha marxista-leninista. Ao contrário dos outros partidos comunistas europeus, o PCP não soube ou não teve a ousadia de modernizar o seu programa, continuando antes a usar os chavões de sempre numa inglória batalha que o há-de conduzir à derrota final.

O Bloco tem surgido aos olhos de um eleitorado urbano de esquerda como um partido criativo e inovador, pelo menos ao nível da linguagem. Acontece que os

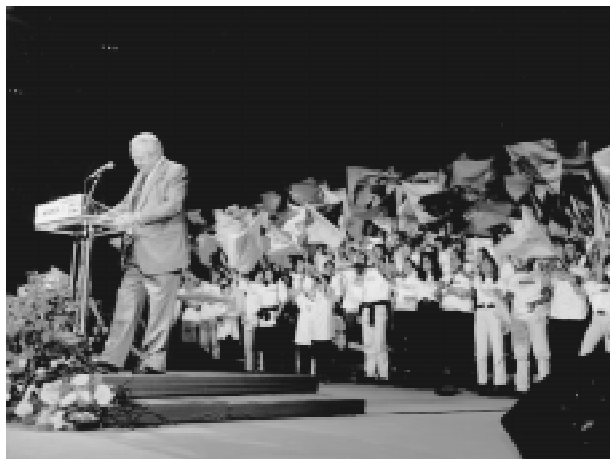
chamados "bloquistas" se limitam a querer ser oposição sem se comprometerem com a governabilidade do País. Por isso os votos no Bloco de Esquerda são votos perdidos porque não ajudam à construção de uma solução, antes pelo contrário, podem mesmo impedir o sucesso do PS e abrirem as portas ao neoliberalismo que afirmam recusar.

No grau da abstenção pode estar a chave das próximas eleições. Impõe-se, assim, uma grande mobilização de todos os socialistas e simpatizantes no sentido de convencerem os nossos concidadãos a votarem em massa de forma a impedir o regresso da direita ao poder e a permitir que o PS saia vencedor desta contenda eleitoral. Por isso, só uma concentração de votos nas listas do Partido Socialista permitirá ao País avançar na direcção da modernidade e da inovação, continuar a desenvolver com êxito políticas sociais e progredir de forma coesa, humana e territorialmente. A afirmação de um Portugal solidário para o século XXI tem de ter a assinatura de Ferro Rodrigues. Inteligentemente essa vai ser a escolha dos portugueses.



**SILVINO GOMES DA SILVA**

*Silvino Gomes da Silva*



A posição do ex-Presidente da República foi assumida antes de um almoço com Ferro Rodrigues, num restaurante de Lisboa, depois de ter regressado do Irão, onde esteve na qualidade de presidente da comissão para as questões do Médio Oriente do Parlamento Europeu. Segundo Mário Soares, essa "deriva neoliberal do país seria tanto mais perigosa dadas as fragilidades sociais e económicas do País". "A ideia de almoçar partiu de Ferro Rodrigues,

mas, logo que regresssei do Irão, fui eu que lhe telefonei para saber o que se estava a passar na campanha eleitoral", revelou o fundador do PS. "Como socialista, republicano e laico, nunca poderia deixar de dar o meu apoio a Ferro Rodrigues num momentos destes, antes de umas eleições que vão ser decisivas para Portugal", disse Mário Soares, acrescentando que o actual secretário-geral do PS "representa o espírito de mudança". "Ferro Rodrigues teve a coragem de avançar para

**APOIO A FERRO**

**SOARES COM FERRO CONTRA DERIVA NEOLIBERAL**

**O velho combatente não podia ficar de braços cruzados perante o que está em jogo para o nosso destino colectivo nas eleições de 17 de Março, em que os portugueses vão ser chamados a escolher entre dois projectos distintos de governação.**

**Por isso, o fundador do PS decidiu vir a terreiro manifestar publicamente o seu apoio ao secretário-geral, Ferro Rodrigues, considerando que há o perigo "de uma deriva neoliberal no país, se a direita vencer as eleições".**

a liderança do PS num momento muito difícil e o País teria uma oportunidade perdida se não o escolhesse como primeiro-ministro", sublinhou ainda. Mário Soares definiu ainda Ferro Rodrigues como "um homem da esquerda democrática moderada, competente e com conhecimentos profundos, que dá garantias de colocar o acento no social, como fez nos governos de António Guterres". Interrogado sobre os riscos políticos de um cenário de maioria absoluta do PSD, ou do PS, o ex-

Presidente da República referiu: "Nunca partilhei a ideia de que a maioria absoluta de um partido seja necessariamente má e, no caso vertente destas eleições, até talvez fosse útil", declarou. No entanto, Mário Soares afirmou-se "contra a bipolarização acentuada, esmagando os outros partidos do sistema político". Por sua vez, o secretário-geral do PS afirmou que a presença de Mário Soares se destina a "desfazer qualquer dúvida" de que o ex- Presidente da República está consigo.

[WWW.MATRIZNET.IPMUSEUS.PT](http://WWW.MATRIZNET.IPMUSEUS.PT)

# NOVO PORTAL PARA OS MUSEUS

**Poucos segundos são suficientes para “transportar” estudiosos, curiosos e amantes da arte até uma exposição virtual de 12 mil obras. O novo *site* Matriznet traça uma rota de descoberta por 29 museus portugueses cujo espólio já está disponível no ciberespaço. Mais um ponto somado a favor da democratização cultural e do serviço público das novas tecnologias, graças à estratégia concertada entre os ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia.**



Os conceitos de museus virtuais e museus interactivos ganharam vida com a abertura de uma nova “janela” para a cultura museológica em Portugal. A inauguração do portal [www.matriznet.ipmuseus.pt](http://www.matriznet.ipmuseus.pt) levantou o véu que cobria um projecto de espaço público da cultura inédito na Internet. Pesquisadores e público em geral podem agora conhecer de perto uma mega-colecção do nosso património cultural pertencente aos museus tutelados pelo Instituto Português de Museus (IPM). São cerca de 12 mil peças incluídas em 120 mil

referências do Programa Matriz, fruto de um inventário e digitalização que tem vindo a ser desenvolvido pelo IPM. Na sessão de apresentação do Matriznet, que decorreu no passado dia 8, no Museu de Arte Antiga, em Lisboa, o primeiro-ministro, António Guterres, considerou que foi dado “um passo gigantesco” na “democratização da cultura” do nosso país e na multiplicação de conteúdos em português na Net, “elemento decisivo para a consolidação da identidade nacional nos tempos modernos”. Para Guterres, este é “um exemplo de rara

qualidade que deve ser seguido pela administração pública e pelas empresas a fim de recuperar o atraso estrutural português”. A cerimónia inaugural do Matriznet contou também com a presença do ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, do secretário de Estado da Cultura, José Conde Rodrigues, e do ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago. Augusto Santos Silva fez um enquadramento dos projectos que têm vindo a ser realizados no sector dos museus, destacando que a política cultural do Governo tem sabido “investir no património como um recurso imprescindível para a criação”.

“Queremos encher os museus de vida, de actividades e de recursos”, salientou o responsável pela tutela, aproveitando o momento para anunciar a abertura, em breve, de uma loja do IPM no Palácio Foz, no centro de Lisboa. O ministro da Cultura destacou, ainda na área dos museus, os projectos em curso do Museu do Côa e do Museu do Douro, cuja exposição programática deverá ser inaugurada em Abril do próximo ano, na Régua. Para Augusto Santos Silva, a colocação *on-line* do portal “é mais um investimento no património que significa um incentivo à criação”. Por seu turno, o responsável pela pasta da Ciência e da Tecnologia não escondeu a satisfação pela inauguração do portal do Programa Matriz. “Vejo com muita alegria a abertura deste *site*, porque o gosto pela arte tem agora mais uma janela de oportunidade para se exercer”, confessou Mariano Gago. O ministro referiu que Portugal tem pela frente um desafio muito difícil, garantindo, porém, que “estes dois anos são a prova de um enorme esforço e trabalho”. O governante reconheceu que existe no País a problemática da quantidade e da qualidade de que respeita à publicação de conteúdos na Net. A questão quantitativa é essencial, uma vez que se os arquivos virtuais não forem publicados completos na rede, em vez de facilitarem a pesquisa aos cibernautas só a dificultam. Assim, é fundamental que o trabalho de digitalização dos inventários exija cada vez mais a presença a cem por cento dos especialistas, uma exigência que tem estado presente na estratégia do Governo socialista para a concretização de projectos tecnológicos e culturais a nível nacional.

MARY RODRIGUES

## SÍTIOS E VIRTUALIDADES

Está em marcha uma revolução nos portais tutelados pelo Ministério da Cultura. Desde 1993 que o Programa Matriz desenvolve a digitalização do inventário das colecções museológicas. A iniciativa visa responder à necessidade de adaptação dos organismos públicos portugueses às directivas comunitárias recentemente apresentadas em Bruges. Numa primeira fase, no MatrizNet, os internautas têm acesso imediato a 12 mil das peças existentes em 29 museus de Portugal. Mas a breve prazo, a «exposição» virtual incluirá cerca de 120 mil obras (80 mil já se encontram em base de dados). O novo sítio possibilita, ainda, investigações transversais em colecções museológicas a partir de um tema – época histórica, autor ou período artístico – e contém informações relativas a exposições temporárias. Mas as inovações virtuais não se ficam por aqui. Ainda este mês ficará disponível um novo portal do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT), a que é possível aceder através do endereço [www.ianntt.pt](http://www.ianntt.pt). Neste novo sítio, será dado acesso a uma base de dados sobre os fundos arquivísticos do IAN/TT, com possibilidade de pesquisa em texto integral. Esta base está a ser alargada aos arquivos distritais, com tendência para vir a constituir um sistema de informação integrado dos arquivos do Ministério da Cultura. Em 2003, o sistema deverá incorporar informação arquivística no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação dos Arquivos Municipais – PARAM. A fase seguinte consistirá em integrar no *site*, quer os arquivos já incluídos no PARAM, quer outros que futuramente venham a aderir ao Programa, o que significa o embrião de uma futura Rede Nacional de Arquivos *on-line*. Em Abril será o Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) a ter um portal, que vai incluir



um banco de dados e imagens de intervenções realizadas neste domínio. A morada do novo portal será: [www.ipcr.pt](http://www.ipcr.pt). Ligado à Biblioteca Nacional está o BN Digital, outra inovação que surge no horizonte com o estabelecimento de uma ponte ciber-espacial entre as novas tecnologias e os velhos copistas e iluminadores. Trata-se da edição do CD-ROM multimédia intitulado “Inventário dos Códices Iluminados até 1500”, autêntica enciclopédia dos manuscritos medievais com iluminuras à guarda das instituições do Estado, organizada distrito a distrito e que inclui um total de 1063 imagens a cores.

M.R.

# CONFIANÇA NA VITÓRIA

O PS partiu para a campanha eleitoral com a determinação de vencer e a ambição de voltar a governar Portugal. Contra a opinião publicada, o bota-abaixo da oposição, e dos velhos do Restelo, Ferro Rodrigues, incansável ao longo das últimas semanas em que percorreu o País, nunca se deixou levar por sondagens, antes acreditando que a vitória é possível e corresponde, aliás, às enchentes registadas nos comícios, alguns deles muito maiores do que em anteriores legislativas em que o PS saiu vencedor. Do interior ao litoral, do sul ao norte, das ilhas, a adesão das populações foi aumentando à medida em que progredia a campanha no terreno, tendo sido no comício do Porto que a viragem ficou visível aos olhos de todos com a excepção da SIC que passou imagens aéreas realizadas antes da grande concentração popular que terá reunido cerca de 15 mil pessoas.



Respondendo ao apelo dos dirigentes do PS, o povo de esquerda ocupou a rua e do mar de gente voltou erguer-se a onda rosa que fez submergir a arrogância e a presunção. Ganha a batalha do Porto, Castelo Branco foi palco para outro grande comício em que António Guterres foi apresentado como uma óbvia mais-valia tendo em conta a obra que o PS deixa por todo o País, particularmente no desenvolvimento do interior que foi a grande aposta dos governos socialistas. O debate televisivo dos líderes partidários em que Ferro Rodrigues se destacou, bem como o surgimento de inúmeras individualidades de variados sectores da vida portuguesa que esta semana declararam público apoio a Ferro Rodrigues e às propostas do PS, constituem razões para acreditar no melhor resultado de sempre no próximo domingo. Mas, para isso, é necessário vencer a abstenção, o nosso adversário número um nestas eleições. Os votos de esquerda e de centro para serem consequentes têm que ser no PS.

## Porto escrito com V de Vitória

A vitória com maioria absoluta foi o pedido expresso deixado por Ferro Rodrigues no comício do Porto. "Vamos concentrar esforços e pedir com humildade, sem arrogância uma concentração de votos no PS. A maioria absoluta é possível e estamos a consegui-la de dia para dia", disse o secretário-geral no maior comício

da campanha, realizado até ao fecho desta edição.

O primeiro orador da noite foi Narciso Miranda, presidente da Federação Distrital do Porto, que proferiu uma entusiástica intervenção. "Já hoje ganhámos de manhã no Bolhão e ganhámos também aqui", afirmou Narciso, quase afónico, referindo-se à comitiva do PSD que reservou para o mesmo dia iniciativas idênticas de campanha, e que tiveram menos sucesso do que as do PS. Tanto no Mercado do Bolhão, como no comício, a mobilização terá sido menor para o partido da oposição. "Começamos no início da semana a desnortear o PSD quando mudámos o local do comício. Eles mentiram aos portugueses e inventaram histórias. Hoje, aqui têm a resposta do povo do Porto", prosseguiu Narciso. O presidente da distrital considerou ainda que o comício foi o início de uma segunda fase para a campanha, depois da viragem que se tem vindo a verificar ao longo dos dias e que tem sido suficiente para os socialistas começarem a acreditar que a vitória é possível.

Foi então a vez de Rosa Mota subir ao palco. "Já ganhei muitas corridas e as que mais gostei e que me ficaram na memória foram aquelas em que eu não era considerada a favorita, mas com a minha garra acabei por vencer em cima da meta". Apesar da falta de jeito confessada pela atleta para o discurso, a comparação que fez para a corrida às legislativas mereceu o aplauso entusiasmado do público.

António José Seguro, director da campanha, fez pela primeira vez uma aparição num comício, desde o início da campanha. A referência às previsões do PSD para o passado sábado, e que implicam os actos de campanha, não podiam deixar de ser sublinhados. "Alguns vaticinaram um palco de confrontos. Mas enganaram-se. Não conhecem os portugueses que hoje deram aqui uma grande lição de civismo", declarou. Também Seguro sente que houve uma viragem. E uma das provas dessa viragem foi a diferença de presenças nos dois comícios. O triplo de pessoas, em comparação com o PSD, afirmou António José Seguro.

Depois de Alberto Martins, foi a vez de Ferro Rodrigues falar aos portugueses. A meio da sua intervenção, Ferro optou por fazer o balanço tendo concluído que só a palavra "vitória" se enquadra no crescendo de adesão às propostas do PS. "Vitória do rigor contra o espectáculo, da humildade contra o triunfalismo, da firmeza contra a hesitação", disse. Uma série de antónimos que Ferro utilizou para comparar PS e PSD e que serviu de mote para comparar a obra feita pelos dois partidos durante os últimos 14 anos.

Com confiança, o líder socialista deposita nos portugueses a responsabilidade de fazer com os que geralmente não costumam votar, que desta vez o façam, em prol da estabilidade política. Ferro encerra o discurso, dizendo que "Porto hoje escreve-se com V e não com P. O V de vitória que é cada vez mais a esperança do

PS". Uma vitória que subiu de tom com o apelo do secretário-geral à maioria absoluta renovada com a viragem da campanha eleitoral. Mas as recepções em Caxinas, Vila do Conde e Porto prenunciavam o grande comício que de facto se registou nessa gloriosa noite de sábado, com centenas e centenas de pessoas a quererem chegar perto do secretário-geral que não tinha mãos a medir para tanto abraço e beijo solicitado. A acompanhar Ferro na Invicta, estiveram, entre outros, Manuel Maria Carrilho, Nuno Cardoso, José Lello e os independentes Rosa Mota e Eduardo Prado Coelho.

## Beira interior em peso nos comícios do PS

No domingo, a caravana socialista prosseguiu para a Guarda e Castelo Branco onde tiveram lugar comícios concorridíssimos. O discurso do secretário-geral na mais alta cidade do País foi incisivo e concreto. Duro nas críticas ao PSD, pôs em causa a autoridade de Durão Barroso, dizendo que não sabia quem afinal mandava no partido. Sem hesitações voltou a apelar à maioria absoluta, alegando que os votos desperdiçados ficarão ao serviço da oposição e acrescentou que, "ao contrário do que muitos supunham, o PS está nestas eleições para ganhar".

Munido de vários documentos faz comparações práticas sobre a obra deixada pelo PSD em 16



anos, dos quais oito foram com maioria absoluta e a obra deixada pelo PS nos últimos seis anos. Taco-a-taco, Ferro foi directo. «Défice público, PSD, 1995, 4,5 por cento. PS, 2001, 2,2 por cento». O mesmo fez em relação ao crescimento económico, às auto-estradas, à cobertura do pré-escolar, às pensões, às vagas no ensino superior, entre outros, com o claro objectivo de estabelecer as diferenças entre a capacidade de realização do PS e do PSD.

Vital Moreira, Pina Moura, cabeça-de-lista pelo círculo eleitoral da Guarda, e a presidente da Câmara Municipal, Maria do Carmo Borges, deram um conjunto de exemplos práticos que atestam a capacidade demonstrada pelo PS de fazer bem pelo interior do País, com os temas económicos a merecer principal destaque.

A fraca capacidade de decisão com que Ferro Rodrigues classifica a atitude de Durão Barroso, foi hoje mencionada com um ataque mais duro que não é muito comum em Ferro Rodrigues. “Se o PS ganhar as eleições, eu serei primeiro-ministro, se for Durão Barroso a ganhar, ele será indigitado para o cargo, mas não saberemos quem vai mandar. Assim se viu ontem, em que foi preciso recorrer ao pai espiritual do PSD no comício do Porto”, disse, aludindo à presença de Cavaco Silva na invicta. Pina Moura, por seu lado, também se referiu a Cavaco, nomeadamente no que respeita à questão das pensões de reforma. Disse o ex-ministro das Finanças que se o ex-primeiro-ministro social-democrata fosse submetido às medidas que ele próprio preconiza para as pensões de reforma, “só restaria esperar que Cavaco morresse”. “Mas nós queremos que ele viva para continuar a dar lições a Durão Barroso, para quando este voltar a estar na oposição a seguir a 17 de Março”, ironizou.

O único ponto de concórdia entre os partidos é o facto das próximas eleições serem consideradas as mais importantes dos últimos anos. Assim o disse Vital Moreira, para quem a

história do “cambalacho” entre Durão Barroso e Vilarinho, não passa de “o assassínio de uma instituição e do próprio candidato a primeiro-ministro”. O professor universitário deixou ainda no ar a possibilidade de ter havido outros “cambalachos”, que talvez expliquem os meios da campanha de Barroso, pondo assim em causa o financiamento da campanha laranja, já muitas vezes questionado.

Mas se a questão é existirem razões para votar neste ou naquele partido, Pina Moura deu uma ajuda e apresentou razões concretas para votar PS e para não votar PSD. O voto no PS justifica-se, segundo o cabeça-de-lista, pelos méritos do partido que já foi Governo e que deixou obra feita. “Os méritos do passado e também os do futuro”, disse. Só na Guarda são oito os compromissos que o PS pretende cumprir. Um deles é a renovação da rede hospitalar da Guarda que implica o alargamento do actual hospital da cidade e a construção de uma nova unidade em Seia.

As razões para não votar PSD são a “vergonha” que sentiríamos se Barroso viesse a ser chefe de Governo e depois as medidas já sobejamente conhecidas e que têm sido desmontadas pelo PS com frequência, como o choque fiscal, ou a descapitalização do fundo da Segurança Social.

#### Guterres apresentou obra feita no interior

A presença de António Guterres no comício de Castelo Branco foi outro momento alto da campanha com o ainda primeiro-ministro a demonstrar as fraquezas do PSD e as virtudes do PS e de Ferro Rodrigues. Elogios que Ferro ouviu em palco, ao lado dos militantes da Jota Esse que compõem o cenário com bandeiras nacionais e entoam slogans oportunos. Na sua inspirada intervenção, o primeiro-ministro cessante aproveitou para desmentir que alguma vez tenha dito que o País se

encontrava num pântano, acusando os sociais-democratas de terem “deturpado as suas palavras só para ganharem votos”. “O País não está num caos e o Estado não está falido, embora tenha problemas e dificuldades”, declarou, fazendo logo depois nova e dura acusação aos sociais-democratas. “Em vez de procurar soluções para esses problemas, o presidente do PSD, Durão Barroso, foi a Bruxelas dizer mal de Portugal, criando um clima de quanto pior melhor”, acrescentou. Guterres dramatizou também as consequências que “o choque fiscal” do PSD teria se fosse aplicado no País, aumentando o IVA dos mais pobres. Recorrendo a uma imagem simples para elogiar o secretário-geral do PS, Guterres perguntou ainda aos presentes se, por acaso tivessem de abandonar o país e entregar a educação de uma filha adolescente, se confiariam em “Durão Barroso ou em Ferro Rodrigues”.

“A política fiscal do PSD é a de João Sem Terra e do xerife de Nottingham”, ironizou, depois do cabeça-de-lista socialista por Castelo Branco, José Sócrates, ter acusado o PSD “de ter desrespeitado os eleitores do distrito, ao colocar nas suas listas candidatas a deputados que apenas entendem a política como um trampolim”. “A vitória do PS em Castelo Branco será um triunfo contra o pára-queda”, comentou José Sócrates, em referência à cabeça-de-lista do PSD no distrito, Maria Elisa.

#### Os congelamentos do adversário enguia

Cerca de três mil pessoas estiveram presentes na quinta-feira no pavilhão do Inatel, em Viseu, para ouvirem Ferro Rodrigues em mais um comício onde os ataques ao PSD subiram de tom. “Temos um adversário que é uma espécie de enguia. Nunca sabe para onde vai”, disse Ferro Rodrigues, aludindo ao assunto que esteve na ordem do dia, o congelamento dos

salários da função pública anunciado por Durão Barroso. “Primeiro dizem que vão aumentar as pensões e depois dizem que as congelam”, afirmou o candidato socialista, adiantando como explicação para esse ziguezaguear o facto de Durão Barroso andar “desnorteado à procura de votos”. Ferro afirmou que o PS procederá a aumentos de pensões porque a sobrevivência da Segurança Social foi assegurada, enquanto Durão Barroso fala na privatização do sistema, o que lhe retira a garantia de sustentabilidade. Também ao nível do choque fiscal, houve avanços e recuos. “O que primeiro foi anunciado como gradual, agora já nem gradual é. Agora o choque desapareceu. Se calhar também já está congelado”, ironizou.

Ferro Rodrigues considera confrangedor “olhar para o número de perguntas que se fazem a Durão Barroso e que não têm resposta, ou então têm respostas, no mínimo, curiosas”. Como aconteceu com os salários da função pública que “de manhã têm uma resposta, à tarde outra e à noite outra”.

Ferro lança assim mais uma pergunta. “Volto a perguntar se houve algum compromisso entre o Benfica e o PSD?”. Desinteressado sobre o apoio político de Vilarinho a Durão Barroso, Ferro Rodrigues apenas quer saber se o problema da dívida de dois milhões de contos do Benfica ao fisco tem alguma coisa a ver com o potencial compromisso assumido entre o clube e o partido. “Eu não estou a usar o futebol para a campanha. Isto é política da mais séria. É uma questão de justiça e de verdade”, salientou.

A tarde do candidato foi preenchida com a visita à Loja do Cidadão de Viseu e ao Hospital de S. Teotónio, onde Ferro Rodrigues teve oportunidade de percorrer algumas das salas mais emblemáticas da unidade equipadas com o último grito da tecnologia aplicada à medicina, tendo aí medido a tensão arterial que se encontrava dentro dos valores normais. A acompanhar Ferro Rodrigues estiveram o ministro da Saúde, Correia de Campos, José Junqueiro, cabeça-de-lista pelo círculo eleitoral de Viseu, bem como a também candidata pelo distrito, Ana Benavente.

#### O nervosismo é a melhor sondagem

Ferro Rodrigues participou na tarde de quarta-feira num seminário promovido pelo “Diário Económico”, onde apresentou a sua visão estratégica para o País e enumerou as medidas a tomar em matéria económica na próxima legislatura. Logo depois seguiu para Aveiro, tendo sido, mais uma vez, recebido por centenas de populares que o saudaram calorosamente bem como à sua comitiva, na qual se integravam João Cravinho e Maria de Belém, candidatas a deputados pelo círculo eleitoral de Aveiro. No maior comício realizado naquela capital de distrito nos últimos 15 anos, a primeira intervenção da noite coube a João Cravinho que acusou Vilarinho de vender votos por baixo da mesa. “Contas confidenciais” foi a expressão usada pelo cabeça-de-lista por Aveiro para insinuar que a dívida fiscal do Benfica, que ronda os nove milhões de contos, poderá ter tido a promessa de vir a ser perdoada em troca de alguns votos.

Cravinho adiantou ainda que o “nervosismo é a melhor sondagem e é a certeza de que no PSD, no dia 17, pode haver quem dê o bode”, mais um

sinal claro do optimismo que reina no PS. Ao evitar falar na oposição, em relação à «promiscuidade entre futebol e a política», Ferro lançou o desafio a Durão Barroso para este arrear caminho no respeitante ao choque fiscal.

### Mais mulheres para a política

Com o Dia Internacional da Mulher a calhar no meio da campanha eleitoral, o tema da participação das mulheres na política foi objecto de análise num encontro com mulheres em Lamego.

Para Ferro Rodrigues, a conciliação entre a vida familiar e política é que dificulta e impede uma participação mais activa das mulheres na política. O sistema de quotas também não é totalmente satisfatório para o candidato socialista, tendo também considerado que a introdução de medidas político-administrativas dever ser conciliada com medidas que influenciem uma participação mais activa dos homens na vida familiar.

A grande diferença assinalada por Ferro Rodrigues entre os programas do PS e do PSD no que toca a esta matéria, reside no facto do PS abordar o tema no sentido de colocar as mulheres na esfera pública e do PSD integrar estas matérias na perspectiva da esfera familiar. Ou seja, continua a designar os papéis sociais em favor do género.

Da mesma opinião é Elisa Ferreira, cabeça-de-lista pelo círculo eleitoral de Braga. "A proposta e o trabalho que está a ser feito pelo PS vai no caminho certo", disse. O apoio à primeira infância, à velhice e aos direitos das mulheres e dos homens, são as medidas apontadas por Elisa Ferreira, que corrobora a ideia também defendida por Ferro Rodrigues no sentido de serem criadas condições para que os homens participem mais activamente na vida doméstica. "As mulheres estão em maioria nas universidades, exercem profissões que naturalmente eram dos homens, são juizes, estão nas Forças Armadas e é isto que elas querem fazer, porque estão preparadas, por isso a mudança social de partilhar as responsabilidades domésticas com os homens é positiva", insistiu. "Uma mudança que o PS está a protagonizar de uma forma muito clara", defendeu.

### O voto útil da esquerda é no PS

Em Setúbal, o secretário-geral do PS fez novo apelo veemente ao voto útil da esquerda nos socialistas, dizendo que, nas próximas eleições, "a escolha é clara". "Ou sou eu o primeiro-ministro, ou é Durão Barroso. O partido

que tiver mais votos é determinante na opção que o Presidente da República irá tomar em relação ao futuro Governo", advertiu, antes de fazer uma referência indirecta ao PCP e ao Bloco de Esquerda. "O País não está em condições de desperdiçar votos em partidos cuja única lógica é serem contra-poder", afirmou. Mas o assentar de baterias foi contra o PSD, "o partido do programa mínimo não garantido". "Os nossos adversários começaram por dizer que a maioria absoluta não se pede, merece-se, mas agora pedem essa maioria absoluta. Logo, se a pedem é porque não a merecem", disse.

No comício cidade do Sado, onde marcaram presença a embaixadora Ana Gomes e o economista Silva Lopes que mais uma vez



desmontou o choque fiscal, Ferro Rodrigues referiu-se à presença de Portugal na União Europeia, declarando que um seu Governo se baterá pela rápida aprovação da directiva que o combate o branqueamento de capitais e pela entrada em vigor do mandado de captura europeu.

Nas questões de justiça, o secretário-geral do PS voltou a referir que as propostas de Durão Barroso acabarão "por subverter o sistema democrático, colocando o poder executivo a mandar nas magistraturas independentes".

"O PSD é só hesitações, recuos e, não contentes com isso, inventam cenários de pesadelo, fantasias e filmes de terror. Recuso-me a fazer política assim", disse Ferro, numa referência à ideia lançada por Durão Barroso de que o mundo poderá estar à beira de uma guerra.

Na sua intervenção, o cabeça-de-lista por Setúbal, Paulo Pedroso, atacou também o líder laranja por ter aludido no domingo a um conflito internacional iminente, afirmando que

"a guerra que ele tem na cabeça é o desespero a uma semana das eleições". O actual ministro do Trabalho e da Solidariedade comprometeu-se a assumir o ambiente como uma das causas principais de um distrito onde a co-incineração na cimenteira da Arrábida sofreu forte contestação.

Paulo Pedroso reiterou que a co-incineração é a melhor solução para os resíduos industriais, afirmando que o problema é existir "uma cimenteira num parque natural que viu renovado por tempo indefinido o seu contrato em 1990", pelo Governo PSD.

### Socialista da Administração Pública devem dar a cara

Ferro Rodrigues desafiou os quadros socialistas da Administração Pública a darem a cara e apoiar o partido sem medo de perder o emprego se o Governo mudar. À margem de uma visita às obras do Metro em Odivelas que teve lugar

na manhã de terça-feira, dia do debate na RTP, o secretário-geral do PS criticou "o espírito de bloco central excessivo" de muitos quadros do Estado socialistas que "quando a luta está muito quente, não gostam de aparecer". Ferro Rodrigues destacou a importância de neste momento "toda a gente ser mobilizada", dos dirigentes socialistas às bases, e especialmente os quadros médios integrados no aparelho de Estado que recebem "pôr os ideais à frente da segurança profissional". "Têm obrigação de dar a cara", disse Ferro Rodrigues, acrescentando que da parte dos dirigentes socialistas "nunca houve campanha com tanto envolvimento".

A acompanhar o líder socialista na visita ao Metro estiveram destacados nomes do PS como Manuel Alegre, Jorge Coelho, Edite Estrela, Miguel Coelho e Barros Moura.

### A grande sondagem é a das urnas

Depois da visita ao Metro de Lisboa, Ferro Rodrigues rumou à Amadora onde apelou à confiança dos militantes socialistas, pedindo-lhes que não se deixem desmotivar por eventuais sondagens desfavoráveis ao PS que possam aparecer nos próximos dias. "Temos informações consistentes que dizem que quando pedimos maioria absoluta não pedimos nada de impossível", disse o líder socialista num almoço com apoiantes.

"Tenham confiança e não se deixem embarcar em algumas sondagens que irão aparecer", pediu o candidato a primeiro-ministro. Referindo que os resultados da "maior sondagem" vão ser conhecidos só dia 17, o líder socialista afirmou que "os que cantaram vitória demasiado cedo vão ter que meter a viola no saco". Ferro Rodrigues apelou à concentração de votos no PS "para que não aconteça nas legislativas o que aconteceu nas autárquicas, em que alguns votos desperdiçados deram à direita uma vitória que não merecia".



HÉLDER SIMÕES

# BEM ACONCHEGADO NA FAMÍLIA SOCIALISTA

O apego ao Partido Socialista não foi um amor incutido por familiares ou amigos. Hélder Simões afirma ter pensado pela sua cabeça quando assinou as fichas de militante na JS há seis anos e no PS há três. Sem recusar que os factores sociais possam ter condicionado a sua maneira de estar perante a vida, o jovem garante que a causa primordial da sua militância foi e continua a ser a crença nos valores do socialismo democrático.

## PERFIL

Nome Hélder Simões

Idade 22 anos

Ocupação Estudante do 4º ano do curso de Relações Internacionais

Militância Adesão à JS em 1996 e inscrição no PS em 1999.

“Ser militante é acreditar em causas e trabalhar afinadamente para que os nossos princípios sejam defendidos e sejam postos em prática da melhor forma possível”, afirma peremptório Hélder Simões, acusando uma participação activa nas lides partidárias.

Quando se inscreveu na Juventude Socialista, Hélder tinha 16 anos. Hoje, com 22, considera que na altura da entrada na “jota” a sua consciência política estava desperta para a realidade portuguesa.

Ao notar que os princípios políticos em que acreditava “eram os correctos”, o jovem camarada não teve e não tem dúvidas em arregaçar as mangas empenhada e desprendidamente, “para que o PS possa atingir os objectivos a que se propõe, nomeadamente a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e do reforço das questões de natureza social”.

A sua consciência e uma visão pessoal da sociedade moderna têm incentivado este estudante finalista do curso de Relações Internacionais a “trabalhar por uma comunidade mais unida e fraterna, com maior e melhor coesão social”.

Esta é uma filosofia de vida que familiares e amigos acolhem com orgulho, não fosse Hélder o primeiro membro de uma família de socialistas a inscrever-se num partido político.



O jovem não chama a si o feito de ter integrado no PS novos elementos, mas não se priva de dizer que tem dado o seu contributo sempre que o PS tem precisado, considerando importante “estar presente quando se (re)definem as linhas orientadoras do Partido e da JS”.

Falando sobre o desempenho da Juventude Socialista, Hélder afirma: “Creio que acima de tudo somos jovens e promovemos bastante a nossa interligação e o nosso convívio, tudo substanciado com o debate de questões políticas, pois é isso que nos move e nada mais do que isso: o reforço da sociedade, a melhoria da qualidade de vida do povo português”.

“É por isso que trabalho na Juventude Socialista e até hoje não estou arrependido de o fazer em prol do PS e do País”, declara.

Envolvido em inúmeras actividades de promoção de debates políticos, conferências e eventos lúdicos que pretendem “fazer com que os jovens encarem a política de uma forma menos cinzenta”, o militante apela à responsabilização de toda a camada juvenil e chama a atenção para o facto de o desempenho político não se resumir a uma “guerra mediática” nem a um “jogo de bastidores” protagonizado pelos “suspeitos do costume”. Coordenador da Concelhia da JS de Oliveira de Azeméis, membro do Secretariado Distrital da Federação de Aveiro, membro do Secretariado Nacional da Juventude Socialista e desempenha ainda alguns cargos no seio da Comissão Política Concelhia do PS, Hélder

Simões é um entre muitos exemplos de que “os jovens não estão nem se sentem alheios à política, mas se afastam voluntariamente da politiquice”.

Para este militante, “certos vícios criados dentro dos próprios partidos não contribuem, de facto, para a credibilidade da classe política”. Todavia, Hélder não desiste de acreditar que os políticos activos têm a grande responsabilidade de ganhar a confiança dos jovens e da população em geral através da sua integração no debate de ideias.

Neste sentido, Hélder Simões considera que o PS tem sabido acolher, reconhecer e valorizar a participação da juventude, exemplificando com o facto de ter havido, nos últimos anos, um largo número de jovens do PS na Assembleia da República, que contribuíram com ideias, com projectos, lançando o debate, “algumas das vezes sem consequências, mas beneficiando a promoção da discussão na opinião pública portuguesa”.

O saldo da participação dos jovens socialistas é “muito positiva e acolhido com satisfação pelo Partido”, pelo que Hélder defende que se dê continuidade a esta experiência.

“Nós, jovens, temos muito a dar. Somos desprendidos, vivemos a política diariamente, queremos o melhor para o nosso País, temos ideias e vamos continuar a bater-nos por elas”, reafirma.

Sobre a política governativa dos últimos seis anos, o militante sublinha uma avaliação positiva, lamentando, porém, a demissão do

primeiro-ministro, António Guterres, em Dezembro último.

“Guterres não viveu a política do *show-off*. Trabalhou em benefício dos portugueses”, defende.

Relativamente à política de juventude do Governo PS, o jovem destaca a preocupação com o Ambiente e a reforma do pré-escolar, sem se esquecer de salientar que até as medidas implementadas a pensar na terceira idade se reflectem no futuro da juventude. Recusando-se a falar em “figuras de referência”, porque o PS vale pelo seu todo”, Hélder prefere definir António Vitorino e António José Seguro como “figuras que marcam qualquer militante pela sua qualidade em áreas diferentes”.

Para já, Hélder Simões não tem dúvidas em afirmar que os portugueses, mais ou menos jovens, podem acreditar e rever-se no projecto político e de governação avançado pelo novo líder socialista, uma vez que “Ferro Rodrigues é um político com provas dadas de competência e qualidade, que apresenta um projecto credível, dinâmico e de mudança, com substância, sem renegar o passado”.

Se Ferro vai ganhar ou não as eleições a 17 de Março é uma questão que não se coloca para este militante, que afirma categórico: “Se não acreditasse na vitória não estaria aqui”. É que, afinal, Hélder Simões sente-se bem representado e aconchegado na família socialista.

MARRY RODRIGUES



MANIFESTO

## ARTISTAS E INTELLECTUAIS APOIAM FERRO

Um grupo de artistas e intelectuais subscreveu um manifesto de apoio a Ferro Rodrigues, "em nome e em defesa do desenvolvimento da cultura", em que é manifestada ainda "apreensão" pelas propostas do PSD de "desinvestir na cultura".



Manuel Maria Carrilho, Eduardo Lourenço, Prado Coelho, Bárbara Guimarães e Lídia Jorge são alguns dos nomes que num site da Internet apoiam a candidatura de Ferro Rodrigues. No site, com o endereço "www.apoiar-cultura.net", encontra-se o manifesto, intitulado "Em defesa de uma política de desenvolvimento da cultura, escolhemos Ferro Rodrigues".

A lista que surge após o texto inclui ainda nomes como os de Alçada Baptista, Lauro António, Almeida Faria, Gastão Cruz, Maria do Céu Guerra, Hélder Costa, Casimiro de Brito, Manuel Alberto Valente, Maria João Seixas, Teresa Lago, entre muitos outros.

Existe ainda um espaço onde o leitor pode também assinar o documento, que salienta as "diferenças muito claras" entre as propostas de Ferro Rodrigues e de Durão Barroso na área da cultura.

No documento, os artistas e intelectuais sublinham que no programa do PS "aposta-se na consolidação e aprofundamento da política cultural empreendida desde 1995, a qual foi globalmente positiva, como reconhece a generalidade dos agentes culturais e a opinião pública".

"O que já foi feito no Ministério da Cultura é uma garantia da capacidade para inovar e melhorar onde é necessário", referem, salientando que, em particular, "é preciso fazer mais e melhor na área do cinema e o audiovisual; e reforçar o serviço público de rádio e televisão como instrumento de desenvolvimento da produção e divulgação de conteúdos que afirmem a vitalidade da língua,

da história e da cultura portuguesas, no quadro de uma globalização que não pode ser redutora e unilateral", lê-se no documento.

O texto, que começa por referir estarem em causa, nas eleições de 17 de Março, "as orientações políticas para a cultura, assim como o próprio lugar da cultura na acção política e no desenvolvimento social", salienta a "nitida contradição entre o propósito afirmado no programa do PSD de pretender a qualificação dos portugueses e o modo como as medidas propostas na área cultural põem em causa quase tudo o que de interessante foi feito para o progresso cultural dos portugueses".

### Consolidação e aprofundamento da política cultural

No programa do PS, em contrapartida, "aposta-se na consolidação e aprofundamento da política cultural empreendida desde 1995, a qual foi globalmente muito positiva".

Entre o que suscita "apreensão" no programa do PSD, os signatários do documento salientam "a banalidade e desorganização da lista de medidas, a proposta de desmembramento da administração do património edificado, os termos de redefinição do apoio financeiro às artes do espectáculo(...), a inacreditável proposta de extinguir o actual Canal 2 da RTP e privatizar a Antena 2 da RDP".

Os subscretores do documento consideram ainda que as propostas do PSD "revelam um desconhecimento preocupante da realidade e ilustram bem o propósito geral de desinvestir na cultura".

"IMAGINAR PORTUGAL 2006"

## JOVENS QUADROS COM FERRO

Cerca de 100 jovens quadros, num manifesto intitulado "Imaginar Portugal 2006", declaram o seu apoio a Ferro Rodrigues, que "personifica o rigor, para enfrentar, com qualidade e bom senso os desafios que temos diante de nós".

No documento, apresentado em Almada, os jovens quadros rejeitam liminarmente "as propostas neoliberais" do PSD e elencam um vasto conjunto de princípios em várias áreas.

O papel do Estado, um tema que continua a separar as águas entre a esquerda e a direita, é uma das matérias abordadas. "Se o Estado funciona mal, ou a duas velocidades, a alternativa não é desmantelá-lo, mas sim reformá-lo profundamente", defendem os jovens quadros, que propõem um "Estado desconcentrado nas regiões" e "descentralizado nas juntas metropolitanas".

Quanto ao modelo económico, o chamado "choque fiscal" é alvo de profundas críticas, alertando-se para o facto de que "compensar quebras de receita no IRC, com aumentos de IVA" seria "insustentável" e "injusto".

No documento afirma-se que a política de baixos

salários, tão do agrado da direita e de certos empresários, já não serve, apontando-se como solução a aposta na inovação e qualidade, para enfrentar os problemas da competitividade.

Os jovens quadros defendem a manutenção do rendimento mínimo garantido, "que existe por toda a Europa", e uma Segurança Social "essencialmente pública, e apenas privatizada na exacta medida em que a sustentabilidade do sistema o permita".

No manifesto é referido que "o País precisa de um diálogo que não se esgote em si mesmo" e de "uma cultura de acção alimentada pelo diálogo orgânico".

Quanto aos lóbis, os signatários do documento sustentam que "Portugal precisa de uma nova forma de fazer política que não recue perante interesses instalados ou organizações corporativas e profissionais".

## FERRO RECEBEU CONTRIBUTOS PARA GOVERNO DE ECONOMISTAS

Ferro Rodrigues, recebeu ontem contributos para um programa de Governo, caso ganhe as eleições, de 60 gestores e economistas da área da esquerda democrática e de um grupo de cidadãos que se organizou pela Internet.

O grupo de 60 economistas e gestores, entre os quais se incluem Luís Tadeu, Jaime Andrés, Brandão de Brito, José Lemos e Victor Mendes, defendeu "uma nova geração de políticas económicas" e "um pacto entre Estado e empresas" para aumentar a competitividade.

Em declarações aos jornalistas na sede nacional do PS, o economista José Elias de Freitas afirmou que os subscretores querem um Estado "amigo das empresas e desburocratizado" e rejeitou que os despedimentos sejam "a chave da economia".

Uma economia competitiva passa antes por empresários empreendedores, parcerias público-privado e formação profissional, defendem os economistas, que do lado do PSD vêem apenas "linhas gerais, mas sem concretização prática".

Para a administração pública, o manifesto defende "a renovação dos recursos humanos", recrutamento de funcionários com contrato individual de trabalho e a criação do estatuto de dirigente. Antes dos economistas, Ferro Rodrigues recebeu no hotel Altis os representantes de www.contributos.net que resolveram dar ideias para um programa de governo socialista em áreas que vão das políticas científicas aos assuntos europeus, passando pela habitação.

O movimento, em que se incluem nomes como o sociólogo Alexandre Quintanilha e o constitucionalista Gomes Canotilho, quis exercer uma espécie de "democracia electrónica" disse aos jornalistas que um dos seus subscretores, o sociólogo Luís Moita.

Afirmando que a maioria não tem filiação partidária mas está mais próxima do PS, Luís Moita recusou que queiram de alguma maneira "condicionar a governação".

De Ferro Rodrigues ficou a promessa de ler os contributos no sábado para eventualmente aproveitá-los "já a partir de segunda-feira".

## PROPRIETÁRIOS E CAÇADORES VOTAM PS

A Associação Nacional de Proprietários e Caçadores, num comunicado assinado pelo seu presidente, manifestou o seu apoio à candidatura de Ferro Rodrigues e ao PS, "por saber que foi, e é, o único partido que defende os interesses da maioria dos caçadores e dos proprietários", ao mesmo tempo que tece duras críticas ao PSD.

O comunicado lembra que no Governo do PSD, no qual estava Durão Barroso, foi publicada uma lei "que retirou o direito de todos os proprietários deste País de mandarem no que era seu (ou seja, nos seus terrenos)".

Armando Martins, presidente desta associação, recorda, no comunicado, que pelo facto de não estar de acordo com o PSD e Durão Barroso, "lutando e estando em reuniões com milhares de caçadores e proprietários", foi alvo de diversas tentativas "para calar a minha voz que sempre disse a verdade, sem medo", que culminaram num processo no tribunal de Oeiras, instaurado pelo então secretário de Estado Álvaro Amaro.

JANTAR COM DESPORTISTAS

# JORGE COELHO DIZ QUE "ESTÁ TUDO EM ABERTO"

Jorge Coelho afirmou que o PS tem indicadores "muito claros" que apontam para um empate entre o PS e o PSD nas próximas eleições legislativas.

"Isto quer dizer que está tudo em aberto ao contrário do que disse Marcelo Rebelo de Sousa, de sondagens que ele próprio imagina nas poucas horas que dorme à noite", disse o dirigente socialista num jantar realizado em Algés que juntou cerca de 200 pessoas, com muitas individualidades ligadas ao desporto nacional.

Presente no jantar organizado pela Comissão Política do PS de Oeiras, o presidente do Sporting Clube de Portugal, Dias da Cunha, fez questão de frisar que estava na iniciativa "como cidadão", "num excelente jantar em excelente companhia".

Jorge Coelho também lembrou que os presentes estavam no jantar a título individual, para evitar confusões como as causadas quando Manuel Vilarinho, presidente do Benfica, declarou apoio ao PSD em nome dos órgãos sociais do clube.

"Presumo que não foi preciso nenhum órgão social reunir para autorizar quem está aqui a declarar apoio a quem quer que seja", ironizou. Após o jantar, o seleccionador nacional Rui Caçador criticou o slogan do PSD para as legislativas de 17 de Maio "Somos Todos Portugal", alegando que "pertence aos campeões do mundo de 1991".

"Foi o slogan escolhido pelos jogadores de futebol português, quando foram campeões do mundo em 1991, e acho escandaloso que apareça agora



como slogan político do PSD", disse Rui Caçador. Além de Rui Caçador e Dias da Cunha estiveram presentes no jantar personalidades ligadas ao desporto em geral, entre as quais o presidente

do Comité Olímpico português, Vicente Moura, o velho capitão benfiquista Mário Wilson, os irmãos Castro e os atletas paraolímpicos Carlos Lopes e Paulo Coelho, entre outros.



O cabeça-de-lista do PS por Aveiro, João Cravinho, acusou o PSD de se preparar, caso seja Governo, para suspender a construção de auto-estradas sem pagamento de portagens (SCUT) e mostrou-se "particularmente preocupado" com o futuro de alguns eixos estruturantes da região Centro. "Como eles têm dito que as SCUT são um cancro

para as finanças públicas, não tenho dúvidas de que se fossem governo instituiriam portagens reais (pagas pelo utente) ou parariam a sua construção", sustentou o antigo ministro do Equipamento do Equipamento Social.

"Como o PSD promete parar a construção do aeroporto da Ota, acredito mais que suspenderiam

CRAVINHO ALERTA

## PSD PRETENDE SUSPENDER CONSTRUÇÃO DE VÁRIAS AUTO-ESTRADAS

o programa de construção de todas essas vias", sugeriu o candidato socialista durante uma conferência de imprensa em Espinho.

João Cravinho mostrou-se "particularmente preocupado" com o futuro de planos para construção ou remodelação de alguns eixos estruturantes da região Centro, nomeadamente a transformação do IP5 em auto-estrada e o lançamento do IC1 entre Ovar e Albergaria.

Na mesma conferência de Imprensa, a número dois da lista socialista por Aveiro, Maria de Belém Roseira, acusou o PSD de "mistificar" as abordagens sobre as questões de saúde em Portugal.

"Não faz mal nenhum reconhecer o que os outros fizeram de bem, mas o PSD tenta mistificar as

realidades de hoje no sector quando comparadas com as da altura em que o PS entrou para o Governo", disse.

Maria de Belém Roseira lembrou que Portugal ocupa a 25ª posição no Relatório do Desenvolvimento Humano, mas o Sistema Nacional de Saúde (SNS) foi classificado em 13º lugar numa avaliação da Organização Mundial de Saúde.

"Isto quer dizer alguma coisa", salientou. Segundo referiu a antiga ministra da Saúde, entre os méritos socialistas no sector registam-se os progressos na redução das listas de espera para intervenções cirúrgicas, a introdução de novas fórmulas de gestão hospitalar, bem como a diminuição das consultas de urgência e aumento das programadas.

MEDEIROS FERREIRA SALIENTA

## PS É QUEM MAIS TEM PROMOVIDO A MULHER

Medeiros Ferreira, cabeça-de-lista pelo círculo dos Açores, considerou que o PS tem sido a força política que "mais tem promovido a participação da mulher na vida cívica e política" em Portugal.

Numa visita de campanha a uma tabaqueira de Ponta Delgada, onde almoçou com os trabalhadores, maioritariamente mulheres,

Medeiros Ferreira referiu o exemplo da lista do PS-Açores às legislativas do dia 17 "onde 50 por cento dos candidatos são mulheres".

Sublinhou ainda que o Partido Socialista tem vindo pelos "diferentes meios a facilitar o papel da mulher na sociedade", no que considerou um "esforço de igualdade entre os sexos" sem paralelo.



Medeiros Ferreira apontou o caso do alargamento aos homens da licença de parto, que permite educar as crianças de "forma partilhada", e do ensino pré-escolar, em que os Açores foram "pioneiros" a nível nacional. O candidato acrescentou que o PS pretende um aumento dos horários nas escolas do ensino básico, por forma a permitir que os pais estejam a "trabalhar sem preocupações, sabendo que as crianças estão em segurança a aprender e a brincar".

Medeiros Ferreira frisou que a grande aposta nacional é o "aumento da produtividade" das empresas em simultâneo com a melhoria das condições laborais de todos os trabalhadores portugueses.

Centenas de apoiantes do Partido Socialista estiveram na tarde de sábado na FIL, em Lisboa, para ouvir Manuel Alegre, Jorge Coelho, Vera Jardim, Mega Ferreira e Vicente Jorge Silva alertar para os perigos do regresso da "direita pura e dura" ao poder, falar na "inconsistência" do programa do PSD, no "drama da esquerda" e na "eficácia" de votar no PS em vez de Bloco de Esquerda ou PCP.

Para os candidatos por Lisboa, Durão Barroso não tem um programa eleitoral mas sim um modelo, "o modelo neoliberal que coloca o Estado ao serviço dos poderosos", sustentou Manuel Alegre.

"Eu penso que Durão Barroso tem um plano muito claro e, por isso, é que ele às vezes se descuida", disse Vera Jardim.

O ex-ministro da Justiça considerou que "os partidos de direita e de esquerda ganham as eleições indo buscar votos ao centro", concluindo que "as gaffes constantes de Durão Barroso surgem porque ele avança e depois vê que vai perder eleitores".

"Às vezes dá-me a ideia que chega um indivíduo ao pé do dr. Durão Barroso e diz-lhe que era boa ideia privatizar a Caixa Geral de Depósitos e ele no dia seguinte põe a boca no trombone até que chega um economista a dizer que não", ironizou Vera Jardim.

Uma ideia corroborada por Manuel Alegre: "O Dr. Durão Barroso diz uma coisa de manhã, à tarde diz outra é à noite tem um insónia".

Vera Jardim acrescentou: "Ele avança e depois diz 'ai, fui longe de mais. Nós estamos perante uma direita pura e dura'".

Por sua vez, Vicente Jorge Silva referiu que a direita "é fria, cínica e hipócrita naquilo que propõe".

"É uma direita que se esconde cada vez mais. É uma direita com um líder fraco e inconsistente que não só muda de opinião, como não sabemos

## LISBOA

# CANDIDATOS DO PS CONTRA "DIREITA PURA E DURA"



**Os candidatos do PS pelo círculo de Lisboa acusaram Durão Barroso de ter "um plano de direita pura e dura" que "coloca o Estado ao serviço dos poderosos".**

direita dos interesses e a esquerda", defendeu Manuel Alegre, apelando de seguida ao "voto útil" no PS.

"Votar na esquerda é votar no PS. Cada voto desperdiçado é um voto a favor da direita, do PSD, é um voto contra os próprios interesses de quem o está a praticar", defendeu Manuel Alegre.

Os candidatos consideraram que o país vive o "drama da esquerda", ao não ter no Bloco de Esquerda nem no Partido Comunista "parceiros à altura de fazer um pacto com o PS".

"É possível que esteja a entrar alguma luz no cérebro dos comunistas", disse Vera Jardim, justificando-se com o facto de "nos últimos dias, deixarem de criticar tanto o PS e passaram a criticar o PSD".

quem é que manda no PSD", disse Vicente Jorge Silva.

"Estas eleições são a escolha entre algo que nós conhecemos e uma zona altamente obscura e misteriosa", disse Vicente Jorge Silva, classificando o programa de Durão Barroso de "misterioso, demagógico e sem suscitar confiança".

## Ferro contra político de plástico

"Rigor" e "coerência" foram as palavras usadas por Manuel Alegre para classificar a política apresentada por Ferro Rodrigues, que considerou estar a bater-se contra um "político de plástico" que "não fala claro".

"O que está em causa é um confronto entre a

## SETÚBAL

# SILVA LOPES ARRASA CHOQUE FISCAL DO PSD

O economista Silva Lopes criticou de alto a baixo o choque fiscal proposto pelo PSD, "uma transferência da carga fiscal dos ricos para os pobres", alertando que esta proposta seria "um rombo" tal que o País "nunca mais se ia endireitar".

Silva Lopes falava num comício em Setúbal, no fórum Luísa Todi, que contou com a presença da diplomata Ana Gomes, que foi reconhecida pelo seu empenho na causa timorense.

Salientando que as propostas em matéria fiscal do PSD têm sempre uma grande "dose de incerteza" porque ao anunciar uma medida impopular os dirigentes do PSD "calam-se logo", Silva Lopes afirmou que 95 por cento da população ficará a perder com as medidas avançadas por Durão Barroso.

Desde logo, o aumento do IVA afecta mais as famílias de baixos e médios rendimentos, afirmou o economista. Apesar do PSD propor também a redução do imposto sobre o rendimento das empresas para aumentar o investimento e competitividade, Silva Lopes disse que nem assim as empresas ficariam a ganhar, porque o aumento do IVA prejudicaria a capacidade de consumo das famílias.

"Trata-se de uma transferência da carga fiscal dos ricos para os pobres", afirmou, acrescentando que o choque fiscal de que fala Durão Barroso seria antes "um rombo" tal que o País "nunca mais se ia endireitar".

Segundo o ex-governador do Banco de Portugal, os cortes na despesa que Durão Barroso propõe para beneficiar a economia, tal como desistir da terceira ponte sobre o Tejo ou do aeroporto da Óta, iriam permitir "poupar zero".

Quando Durão Barroso fala em baixar os impostos para aumentar a eficiência na cobrança, está enganado ao pensar que "os que agora não pagam vão fazer bichas à porta das repartições das finanças para pagar" quando as taxas estiverem mais baixas, acrescentou.

## MADEIRA

# CARTAZ DE CAMPANHA E SITE DO PS

"O mais importante na Madeira são as pessoas" é a frase do cartaz de campanha do PS daquela região autónoma, que segundo o cabeça-de-lista pela Madeira, Maximiano Martins, quer marcar a candidatura com a ideia da "diferença, do serviço, das pessoas, dos recursos humanos, do apelo à sociedade civil, da modernidade".

Maximiano Martins referiu ainda uma outra iniciativa, um espaço de diálogo na Internet, no site [www.maximianomartins.net](http://www.maximianomartins.net), em que os eleitores têm a oportunidade de conversar em directo com o candidato.

Adiantou que este projecto irá manter-se activo mesmo depois das eleições, de forma a permitir um relacionamento mais estreito entre os deputados e os eleitores.



COMUNIDADES

# CANDIDATOS DO PS PEDEM PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA

Os seis anos de governação socialista foram marcados por uma especial atenção às comunidades portuguesas, em contraste com o ostracismo a que foram votadas durante o cavaquismo. Por isso, as eleições de 17 de Março assumem uma especial importância para o futuro dos nossos emigrantes espalhados pelo mundo.

Neste contexto, os candidatos a deputados do Partido Socialista pelos círculos da emigração apelaram ao eleitorado emigrante a participar "expressivamente" nas próximas legislativas para representarem de "voz clara" os seus direitos.

Confiantes na adesão dos emigrantes nas eleições de 17 de Março, os candidatos a deputados socialistas pelos dois círculos da emigração, em comunicado, consideram que só o PS pode continuar a defender, na Assembleia da República e no Governo, os direitos dos emigrantes de uma forma "inequívoca".

"Os emigrantes sabem distinguir entre aqueles que defendem os seus direitos e interesses, dando voz às suas preocupações e aqueles que tudo prometem e nada fazem. Através do seu voto expressivo no PS devem demonstrar que não querem um país parado, adiado e sem

capacidade de decisão. É esse o rumo que o PSD quer dar a Portugal", lê-se no documento. A mobilização e o voto de todos os portugueses residentes no estrangeiro no Partido Socialista é, acrescenta o comunicado, essencial pois os emigrantes "não se esquecem facilmente dos 10 anos de maioria absoluta do PSD, em que nada foi feito em seu benefício, em que foram votados ao abandono, apesar das inúmeras promessas".

Relembra que o X Governo Constitucional, onde Durão Barroso ocupava o cargo de secretário de Estado Adjunto do Ministério da Administração Interna, aprovou o código eleitoral que proibiu inúmeros portugueses com dupla nacionalidade de se candidatarem a deputados, suprimindo assim o seu direito à cidadania e desencorajando o recenseamento. "Foi pela mão de Durão Barroso, então ministro dos Negócios Estrangeiros, que foi lançado sem



concurso público e através de um negócio fantasma com uma empresa gerida por altos dirigentes do PSD, um estudo para a informatização da rede consular portuguesa", acusa no documento.

E adiantam: "Agora é o mesmo Durão Barroso que fala dos 'jobs for the boys' do PS. O PS, ao longo dos últimos seis anos, informatizou a rede consular, modernizou as instalações e formou os funcionários".

Os candidatos a deputados pela Europa e Fora da Europa do PS lembram ainda o "estado caótico" em que ficou o ensino e a cultura portuguesas quando Durão Barroso e o PSD foram derrotados nas eleições de 1995, referindo que o número de cursos não passava de 1901, o de alunos de 44.163 e o de professores de 486, para além de terem anunciado a abertura de trinta centros culturais no estrangeiro.

"Terminado o mandato, não tinham criado nenhum centro. O PS abriu 18 novos centros culturais com quatro pólos e 25 centros de Língua Portuguesa no mundo, funcionam 2.933 cursos, com 69.021 alunos, ministrados por 697 professores", sustentam. Relativamente às políticas de cariz social e de solidariedade destinadas à Comunidade, referem "não existir comparação possível" pois, dizem, a palavra "social" não entrou no vocabulário do PSD durante dez anos e as ações foram inexistentes.

Com o PS, frisa o comunicado, foram criados os programas de Apoio Social a Emigrantes Carenciados (ASEC) e o Programa de Apoio Social a Idosos Carenciados (ASIC), bem como uma série de programas dedicados aos jovens luso-descendentes ou de apoio às associações de portugueses.



COIMBRA

# CANDIDATOS DO PS ENUNCIAM PRIORIDADES

Os candidatos do PS pelo círculo de Coimbra apresentaram um manifesto eleitoral distrital com uma série de compromissos e prioridades estratégicas para os próximos quatro anos, apontando dados sobre a situação do País que desmontam a "visão totalmente distorcida" do PSD.

"Não há caos nenhum. No nosso tempo, Portugal cresceu o dobro do que cresceu nos governos do PSD e sempre acima da média europeia", recordou Almeida Santos, na conferência de Imprensa destinada a apresentar o documento. A redução da taxa de desemprego, o aumento das pensões de reforma, a sustentabilidade da segurança social, o combate à pobreza e à exclusão e a ultrapassagem da média europeia em termos de crescimento da produção científica, foram algumas conquistas reivindicadas para os governos socialistas.

No distrito de Coimbra, os candidatos do PS aludem ao triplicar do investimento público durante a governação socialista e enunciam uma série de prioridades estratégicas para os próximos quatro anos, distribuídas por cinco áreas: Cidadania, Coesão Social e Recursos Humanos; Qualidade de Vida, Desenvolvimento Urbano e Apoio ao Mundo Rural; Acessibilidades; Recursos Naturais, Patrimoniais e Culturais e Competitividade e Dinamismo Empresarial.

Nas acessibilidades, e no que respeita ao TGV, os candidatos socialistas defendem um traçado que inclua Coimbra, com uma plataforma logística na cidade e, em relação ao metropolitano de superfície, preconizam o avanço do projecto e, numa segunda fase, a sua extensão à Figueira da Foz. Defendem ainda a construção do aeroporto internacional na Ota.



## DEFESA NACIONAL

# GAMA EXORTA PSD A APRESENTAR PROPOSTAS

Jaime Gama exortou o PSD a enunciar as suas propostas e projectos para a Defesa Nacional, no final de uma conferência de Imprensa em que reafirmou a política do PS nessa matéria, que passa por um conjunto de medidas e projectos criteriosos e claros, ajustados às condicionantes internas e externas.

“Gostaria que o PSD, sobre uma política tão importante com a Defesa Nacional, e tendo em conta os obstáculos que colocou, viesse agora ao debate político enunciar as suas propostas e quais os projectos que tem”, afirmou.

Jaime Gama lamentou ainda que “a campanha eleitoral não coloque estas questões de forma visível na agenda do debate”.

“Se é por conforto, só ficamos parcialmente confortáveis, mas não ficamos satisfeitos, como democratas, de ver que estas questões não são debatidas”, frisou.

Assegurando que aquela iniciativa não é uma resposta à solicitação do Presidente da

República no sentido de os partidos políticos decidirem que futuro querem para as Forças Armadas, Jaime Gama afirmou que o PS não quis deixar em silêncio o facto de ter “trabalhados de uma forma especial” nesta matéria, “através de propostas criteriosas”. Quanto aos objectivos do PS para a defesa nacional, passam pela revisão das Grandes Opções do Conceito Estratégico da Defesa Nacional, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e do Conceito Estratégico Militar, “ajustando-os à dinâmica da própria realidade”, no que respeita aos novos conceitos de segurança e defesa e às condicionantes externas e internas.

A introdução de alterações à lei da defesa nacional e das Forças Armadas, a contemplação de gestão de situações de crise (no quadro da defesa nacional) e a criação de um Estado Maior de Defesa são outros dos projectos apresentados por Jaime Gama.

O programa do PS contempla também o reequipamento e modernização das Forças

Armadas, cujo financiamento seria feito “com recurso aos leasings operacionais”.

Da modernização constariam a melhoria das capacidades de comando, controlo e informações e de um sistema integrado de informações militares.

Ao nível do equipamento, o PS propõe a construção de um navio polivalente logístico, de novos patrulhas oceânicos, costeiros e de combate à poluição, a aquisição de submarinos e a revitalização das Forças de Operações Especiais.

A aquisição de novos aviões de transporte estratégico, para substituir o actual esquadrão de C 130, e a criação de um grupo de aviação ligeira do exército, com a aquisição de novos helicópteros, completam o rol de projectos de aquisição de equipamento enunciado por Jaime Gama.

Foram ainda apontadas como prioridades a profissionalização das Forças Armadas e das carreiras, o aprofundamento dos direitos e liberdades dos militares, a necessidade de retomar a integração da justiça militar no sistema judicial comum e a reestruturação de outros domínios como o ensino e a saúde. Jaime Gama falou também nas propostas do PS para os assuntos europeus, nomeadamente a necessidade de “avaliar o cumprimento dos objectivos para a União Europeia (UE)” e de fazer da mesma “a economia mais dinâmica do mundo, baseada

no conhecimento, com mais e maior emprego e capaz de assegurar maior coesão social”.

Gama fez ainda referência à convenção e a conferência intergovernamental que terá lugar em 2004, sublinhando que daí resultará um tratado institucional para a UE e uma simplificação dos tratados.

“O PS compromete-se a redinamizar o debate estrutural que deve acompanhar o trabalho da convenção e preparação, durante os anos 2002 e 2003, da conferência intergovernamental”, afirmou.

As orientações para a convenção e conferência são: manutenção do equilíbrio institucional dos órgãos da UE e não a uma alteração desses órgãos que vise favorecer alguns Estados.

Ao contrário, deve perdurar o Tratado de Nice, que deve ser ratificado, porque é “importante que o peso de Portugal nas instituições se mantenha como ficou estabelecido”.

Jaime Gama manifestou-se “contra a deriva intergovernamental federalista”, defendendo que “o método comunitário continua a ser o adequado à liderança institucional da comissão”.

A reforma do Conselho Europeu, com vista a melhorar a eficácia das decisões, e um reforço dos papéis dos parlamentos nacionais, que se devem associar à própria instância do Parlamento Europeu, são também linhas defendidas pelo PS.

## DELEGAÇÃO DA IS NO MÉDIO ORIENTE

# DAR UMA OPORTUNIDADE À PAZ

O Comité da Internacional Socialista para o Médio Oriente reúne-se esta semana em Telavive e Ramallah, na Cisjordânia, com o objectivo de promover o diálogo israelo-palestino, de forma a pôr fim à escalada de violência na região. A missão da IS ao Médio Oriente foi proposta pelo presidente em exercício da organização, António Guterres, tendo em conta a actual situação de violência que se vive na região, e será chefiada pelo presidente daquele Comité, Thorjorn Jagland, líder do Partido Trabalhista norueguês (oposição).

José Lamego, secretário das Relações Internacionais do PS, representará Guterres nestas reuniões, que contarão igualmente com a participação de responsáveis de outros partidos

socialistas e sociais-democratas europeus, nomeadamente da Alemanha.

O principal objectivo desta “missão de boa vontade”, segundo José Lamego, é promover o diálogo entre as partes a fim de parar a violência que grassa na região, e procurar encontrar uma via de aproximação que conduza ao recomeço das negociações de paz.

A primeira reunião tem lugar hoje, quinta-feira, em Ramallah, e contará com a presença do presidente palestino, Yasser Arafat, e de outros altos dirigentes do seu movimento político, a Fatah.

O segundo encontro ocorrerá em Telavive e nele intervirão o ministro da Defesa israelita e líder do Partido Trabalhista, Benjamin Ben-Eliezer, o



dirigente do Partido Meretz, Yossi Sarid, e outras figuras daqueles partidos. O ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, trabalhista, deverá igualmente assistir aos trabalhos, que decorrerão à porta fechada.

Recorde-se que a Internacional Socialista conta actualmente com cerca de centena e meia de membros - partidos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas de todo o mundo, quer no poder quer na oposição.

# PORTO, ROTA DO NORTE



**ALBERTO MARTINS**

No próximo dia 17 de Março, o voto dos portuenses vai pesar decisivamente na escolha que o País vai fazer.

Em 1995, o PS e a Nova Maioria apresentaram grandes desafios nacionais aos cidadãos do distrito do Porto: mais justiça social, uma economia mais dinâmica e um Estado mais próximo dos cidadãos.

Em 2002, temos mais justiça social no distrito do Porto. Entre 1995 e 2001, o número de desempregados diminuiu de 81.485 para 67.721, foram construídos 8 303 fogos para realojamento, existem mais de 445 equipamentos de apoio aos idosos, mais de 3535 pessoas beneficiam de apoio domiciliário, definiram-se 14 territórios de intervenção para inserção de jovens em risco, e o rendimento mínimo foi uma medida que teve ainda mais sucesso no nosso distrito do que a nível nacional: 73 por cento das pessoas abrangidas saíram do sistema por terem encontrado inserção no mercado de trabalho.

Em 2002, temos uma economia mais dinâmica no distrito do Porto. Entre 1995 e 2002, o PIDDAC aumentou 151,2 milhões de contos e, no âmbito do QCAIII, estão já aprovados investimentos de 196 milhões de contos. Foram construídas novas auto-estradas e outras acessibilidades: o IC1 a ligar Porto e Viana do Castelo, o IC24 a ligar Matosinhos ao Aeroporto e Espinho-Picoto, a via rápida de Gondomar e a Ponte sobre o rio Tâmega são apenas alguns exemplos. Não surpreende, por isso, que a região do Tâmega, envolvendo oito concelhos do distrito, esteja entre as regiões do país que mais se desenvolveram, ou que a região do Grande Porto tenha apresentado, em 1999, um rendimento *per capita* acima da média nacional. Em 2002, temos, também, um Estado mais próximo dos cidadãos do distrito do Porto. O número de efectivos das forças de segurança aumentou 26 por cento; houve intervenções de melhoramento nos Hospitais de S. António, Matosinhos e Vale de Sousa, bem como em 38 centros de saúde num investimento superior a 6.380 milhões de contos; a taxa de crianças a beneficiar do pré-escolar passou de 42,8% em 1995 para 59,2 por cento em 2000; o número de alunos no Ensino Superior Público passou de 31.415 para 40.130 entre 1995 e 2000; desde 1996, foram instalados 33 tribunais e juízos; e, no domínio da cultura, foram ainda concluídas e inauguradas dezenas de intervenções ao nível do património, das artes do espectáculo e da rede de arquivos e bibliotecas.

Queremos continuar a afirmação de Portugal no Mundo, processo para o qual o Porto tanto tem contribuído: o Porto Património da Humanidade e Capital Europeia da Cultura, com interlocutores internacionalmente reconhecidos tal como as obras de muitos dos seus - Siza Vieira, Manoel de Oliveira, Sophia de Mello Breyner ou Eugénio de Andrade; o Porto da ciência de Corino de Andrade, orgulhoso dos seus clubes desportivos e dos grandes atletas simbolizados por Rosa Mota.

Há hoje mais 55 mil crianças abrangidas pelo pré-escolar e mais 15 mil vagas no ensino superior público. Durante os últimos 6 anos, por todo o país, foram criadas 729 associações juvenis, foram construídas 10 pousadas da juventude e foram investidos 66 milhões de euros no apoio aos jovens empresários. Conosco, a toxicodependência deixou de ser vista como um crime e passou a ser tratada como uma doença. Não instrumentalizamos as crianças e os jovens em cartazes eleitorais; fazemos política com eles e para eles.



Não podemos aceitar que o populismo de direita ponha em causa grandes projectos de afirmação nacional, como aeroportos, pontes e até o Euro 2004 -, porque é também através destes investimentos públicos que se produz desenvolvimento, que se cria riqueza e que se melhora as condições de vida de todos os portugueses.

Queremos consolidar, no plano internacional, a posição de Portugal como Plataforma Atlântica da Europa. Neste desígnio nacional, o Porto terá um papel central enquanto pólo dinamizador do noroeste peninsular. Para o concretizar, há que assegurar uma ligação ferroviária de alta velocidade entre o eixo Setúbal/Lisboa/Porto e Vigo, o aeroporto de Pedras Rubras tornar-se-á o aeroporto internacional do Norte e da Galiza, haverá uma plataforma logística com base no Porto de Leixões e a conclusão do IC1 até Valença.

Aliás, nos últimos anos, o distrito do Porto tem sido um eixo dinamizador da economia do noroeste peninsular. Vamos continuar a apoiar as indústrias tradicionais, muitas delas baseadas no Norte do país, como os têxteis e o calçado e incentivá-las à inovação. Mas vamos também incentivar o investimento em empresas de base tecnológica, pois são os sectores da nova economia que podem potenciar o crescimento da produtividade e da competitividade do nosso tecido empresarial. O tempo da mão de obra barata já passou.

Para o sucesso desta política de modernização económica é fundamental uma população qualificada e com elevado grau de informação. Em comparação com os países mais desenvolvidos, Portugal tem ainda níveis de iliteracia preocupantes, apresenta resultados escolares abaixo do desejável e ainda não tem uma ligação suficiente entre as escolas e as empresas. O Governo do PS vai, por isso, lançar um programa integrado de melhoria dos níveis escolares na matemática, no português e no inglês, fortalecendo a oferta de apoio aos jovens depois das aulas, continuar a aposta nos estágios curriculares e nos sistemas de aprendizagem em parceria com as empresas e nas parcerias entre as universidades e empresas. Todos os jovens até aos 18 anos terão formação profissional. E fazemos uma aposta forte nas novas gerações.

Há hoje mais 55 mil crianças abrangidas pelo pré-escolar e mais 15 mil vagas no ensino superior público. Durante os últimos 6 anos, por todo o país, foram criadas 729 associações juvenis, foram construídas 10 pousadas da juventude e foram investidos 66 milhões de euros no apoio aos jovens empresários. Conosco, a toxicodependência deixou de ser vista como um crime e passou a ser tratada como uma doença. Não instrumentalizamos as crianças e os jovens em cartazes eleitorais; fazemos política com eles e para eles.

O Porto é o segundo distrito mais jovem do País, onde, em cerca de 1 milhão e 800 mil pessoas, 17,7 por cento têm menos de 14 anos, e conta com a maior universidade portuguesa. Temos bem presente que é pelas novas gerações que passa o futuro de Portugal.

Competitividade e Qualificação são, por isso, duas apostas políticas do Partido Socialista - mas que só podem resultar em articulação com o princípio da coesão territorial, isto é, com um Estado ainda mais próximo do cidadão.

Neste sentido, o aprofundamento destes objectivos está inscrito na ideia de uma administração mais eficaz e eficiente, que atribui mais poderes aos níveis regionais, distritais e metropolitanos, e que, democraticamente, percebe que a sua origem e razão de ser é o serviço ao cidadão.

\*A partir de "Porto, Rota do Norte" - Carta Aberta aos Cidadãos do Distrito do Porto".

PLANEAMENTO

# ALDEIAS DO ALGARVE DE CARA LAVADA

O Governo vai investir mais de 30 milhões de euros numa operação de valorização e restauro de 11 aldeias algarvias que se prolonga até 2003.

Esta iniciativa pretende "lavar a cara" a pequenos centros urbanos, espaços verdes degradados, praias fluviais, igrejas, vestígios arqueológicos e edifícios populares dos povoados situados entre o barrocal e a serra do Algarve.

Assim o Programa de Revitalização das Aldeias chega ao Sul do País, depois de ter sido implementado na Beira Interior, para valorizar patrimonial e culturalmente mais de uma dezena de localidades, através da construção de novos equipamentos e a dinamização do sector turístico.

Trata-se de um projecto conjunto do Ministério do Planeamento, da Comissão Regional do Algarve e dos municípios em questão, que visa sobretudo "recuperar o património construído e salvaguardar os valores paisagísticos, bem como promover a dinamização socioeconómica das povoações, criar uma imagem e um programa de animação específico para as aldeias, funcionando assim como uma alternativa aos programas já conhecidos".



O projecto deverá desenvolver-se em quatro frentes: a renovação urbana; a recuperação de núcleos tradicionais; a introdução de equipamentos colectivos e de lazer e o apoio à actividade económica. O apoio às feiras, exposições e festividades

locais é outro dos grandes objectivos do Programa de Reabilitação das Aldeias do Algarve, que numa segunda etapa pretende ainda fazer participar a população na resolução dos problemas de cada localidade e na concretização dos projectos culturais, económicos ou de desenvolvimento social adequados a cada caso específico.

No final desta intervenção, as 11 aldeias algarvias escolhidas deverão constituir exemplo para outras povoações idênticas, estando previsto, desde já, um projecto de alargamento da intervenção a mais cinco aldeias do barrocal e da serra.

Para conferir eficácia e assegurar a qualidade dos projectos apoiar, o Executivo socialista decidiu constituir os chamados gabinetes técnicos de apoio à aldeia, localizados no sotavento e no barlavento algarvios, que actuarão em articulação com os municípios envolvidos, sob a coordenação da Comissão de Coordenação Regional do Algarve.

Os gabinetes deverão participar na definição do Plano de Intervenção das Aldeias e coordenar a preparação dos projectos que sejam considerados prioritários para cada povoação.

M.R.

A política de proximidade das forças de segurança em território nacional dá frutos. Durante o ano passado, a PSP, a PJ e a GNR apreenderam, no decurso de operações policiais, 3287 armas de fogo.

Das que foram recuperadas pela polícia (um total de 1879), 35 por cento eram ilegais, segundo informação da direcção nacional daquela força de segurança.

As armas de caça encontravam-se em maior número (826) entre as que foram apreendidas, sendo seguidas pelas que são denominadas "de defesa" (655).

Muitas destas armas foram utilizadas para cometer crimes como os de homicídio, ofensas corporais graves e roubos. A grande maioria foram furtadas de residências ou de viaturas. Mas se 2001 foi o ano em que a PSP apreendeu menor quantidade de armamento comparativamente aos últimos cinco anos (em que o número de apreensões baixou de 3598, em 1997, para 2997 em 1998 e 2415 em 1999, para voltar a subir novamente, em 2000, para 3069), a GNR confiscou o maior número de armas dos últimos cinco anos.

Os dados disponibilizados pelo Comando Geral da GNR indicam que em 2001 foram registados 79 casos de utilização de armas de fogo em homicídio, 114 casos em ofensas à integridade física grave, 121 casos em roubo na via pública e 250 casos em outros roubos.

A PJ apreendeu um número muito menor de armas: 342, a grande maioria das quais no Porto, msendo sobretudo caçadeiras e pistolas de pequeno calibre.

A abolição das fronteiras terrestres na Europa e a consequente diminuição de controlo é um dos

SEGURANÇA

## DURA LEX



principais factores que vieram facilitar a circulação de armas entre os países, dificultando a acção das forças de segurança, que não têm poupadou esforços na sua acção fiscalizadora. Casos de tráfico de armas também são detectados com frequência. Em Janeiro deste ano, a PJ de Coimbra pôs termo a uma investigação de vários meses com a apreensão de mais de 150 armas de fogo de vários modelos

e calibres, bem como grande número de munições e de dinheiro.

### Angariação ilegal de mão-de-obra na mira

Outra área em que se têm desenvolvidos esforços e somado vitórias é a da luta contra a exploração mão-de-obra clandestina.

A área em redor do terminal de transportes públicos do Campo Grande, em Lisboa, foi alvo, recentemente, de uma mega-operação Stop, executada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) com o auxílio da PSP, que terminou com a identificação de 266 pessoas, 219 das quais de nacionalidade estrangeira.

Dos 219 indivíduos estrangeiros identificados, 114 foram levados para as instalações do SEF por não estarem devidamente documentados; destes, 51 conseguiram comprovar, posteriormente, (através do auxílio de familiares, amigos e empregadores) terem a sua situação regular; 30 foram notificados a comparecer de novo no SEF para confirmar com outros documentos a sua legalização; 21 estavam irregulares (por exemplo, com vistos e autorizações de permanência caducados) e por isso foram convidados a abandonar voluntariamente o país; e oito permaneceram detidos (sete por não terem documentos e apresentarem situação de permanência ilegal e um por deter um passaporte falsificado) e vão ser presentes ao juiz do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

A acção de fiscalização, que envolveu cerca de 60 operacionais, visou sobretudo detectar os responsáveis pela angariação de mão-de-obra ilegal que ocorre diariamente junto àquela estação de metro.

O sucesso da operação permite, para já, identificar algumas das empresas que contratam estes tipo detrabalhadores, sujeitando-se estas ao pagamento de multas por contra-ordenação até 4.500 contos, consoante a sua dimensão.

M.R.



## JERÓNIMOS

# CLAUSTRO LIMPO

A primeira intervenção de fundo no claustro dos Jerónimos, iniciada em 1998 e tornada possível mediante parceria entre os sectores público e privado, via IPPAR e World Monuments Fund/Portugal (WMF/P), está já concluída.

Desta acção de preservação fica “uma obra exemplar” e uma prova de que “somos capazes”, confiante sublinhou, no dia, 6 o Presidente da República, ao enaltecer a excelência do projecto.

Segundo Jorge Sampaio, as obras de preservação e restauro do claustro primou pelo rigor orçamental e pelo cumprimento de prazos. O ministro da Cultura, Augusto Santos Silva disse, na ocasião, que esta foi uma “iniciativa marcante”, suportada em dois terços por mecenas nacionais e internacionais angariados pelo WMF/P, competindo ao IPPAR o investimento restante, num custo global de 2.336.346 euros.

O projecto primou, igualmente, pela “excelência científica e técnica” e pelo “rigor da intervenção”, num quadro que, frisou Santos Silva, fez deste “um estaleiro de obra, de investigação e de formação”.

Destaque-se que a intervenção no claustro dos Jerónimos foi a mais ambiciosa e a de maior responsabilidade feita até à data em Portugal. Intervenção multidisciplinar, teve pela frente a hercúlea tarefa de tratar, entre outras, 21 mil metros quadrados de pedra, como lembrou Vasco Moreira Rato, coordenador do projecto.

Integrada no Programa de Recuperação de Conjuntos Monásticos que o IPPAR está a desenvolver até 2006, a intervenção sucede a outras de que o mosteiro vem sendo alvo, com realce para o restauro integral da capela-mor da igreja, também ele realizado com apoio mecénico.

Na ocasião, Augusto Santos Silva, salientou que, desde 1996, já foram investidos 4,4 milhões de euros (cerca de 882 mil contos) na conservação do Mosteiro dos Jerónimos.

Segundo o governante, tratou-se de uma iniciativa marcante em termos de defesa e conservação do património em Portugal.

“Além da parceria entre o Estado e os mecenas, há também aqui uma feliz parceria com a comunidade científica”, afirmou o ministro, realçando que o trabalho teve a colaboração das três universidades públicas da cidade: de Lisboa, Nova e Técnica.

“Recomendo sempre aos chefes de Estado que visitem o claustro dos Jerónimos e agora vou fazê-lo ainda com mais prazer”, confidenciou, orgulhoso, o Presidente da República, depois de elogiar o trabalho da equipa que devolveu o esplendor ao interior do monumento, classificado pela UNESCO como Património da Humanidade.

Recorde-se que, no ano passado, o Mosteiro dos Jerónimos foi visitado por mais de 400 mil pessoas.

M.R.

## criação artística

# CONSULTA PÚBLICA DE NORMAS DE APOIO

Estão disponíveis, para consulta pública na Internet ([www.min-cultura.pt](http://www.min-cultura.pt)), as novas normas para subsidiar criação artística profissional – no teatro, dança, música e projectos transdisciplinares –, assim como para a institucionalização duma rede de centros regionais de artes do espectáculo (CRAE) e a programação de salas.

A divulgação destas normas visa prevenir atrasos no processo que decorre até à aprovação e entrada em vigor dos despachos para abrir concursos, por forma a que as eleições e a formação de novo Governo não prejudiquem as actividades em 2003.

Nos apoios à criação, foi preenchida a lacuna deixada pela cessação do regulamento transitório para o biénio 2001-02. Retoma-se em parte o quadro que o antecedeu e complementando-o sobretudo quanto a acompanhamento e fiscalização.

Na programação de salas e institucionalização dos CRAE, as normas são novidade. Quanto às salas, criou-se, no âmbito do IPAE, o programa Difusão das Artes do Espectáculo, em parceria com autarquias, uma medida que o Ministério da Cultura classifica como “determinante na descentralização da oferta e circulação de criadores e intérpretes”.



O quadro de apoio à programação de salas, públicas e privadas, define normas para relação regular entre os seus gestores e o ministério, alargando o conceito testado em casos experimentais, estimulando acolhimento, residências, locais de trabalho e experimentação, encontro e formação artística e de públicos.

Trata-se de normas dinamizadoras das

entretanto lançadas Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros e Rede Municipal de Espaços Culturais, que pretendem assegurar as condições essenciais à “prática e fruição artísticas de qualidade”, afirmando a difusão como vector fundamental “do crescimento e da consolidação do tecido artístico profissional e da sua progressiva autonomia”.

Neste concurso – para apoiar, por dois ou quatro anos, pessoas colectivas de direito público ou privado, excepto em salas afectas a estruturas artísticas permanentes ou aos CRAE –, é condição de financiamento que as programações “prevejam anualmente um mínimo de 200 actividades com participação do público”.

O concurso exclui associações da Grande Lisboa e Grande Porto, devendo despacho posterior definir área(s) geográfica(s) concorrente(s). Os co-financiamentos estatais, com adiantamento inicial de dez por cento e prestações trimestrais durante quatro anos, prevêm protocolos renováveis segundo uma “lógica regressiva da participação financeira”, até ao mínimo de 30 por cento do valor global. Das associações candidatas, formadas ou a formar, excluem-se as de criação já apoiadas pelo Estado. Os corpos sociais devem ser maioritariamente compostos por pessoas

colectivas, cinco delas câmaras. O projecto de genericamente caracterizado, indicará instalações, composição e currículo da direcção e da equipa técnica (identificando director artístico/programador e administrativo-financeiro), programação artística e financeira, programa detalhado do primeiro ano e estratégia de formação e alargamento de públicos. Na valorização, domina a ligação a escolas.

O financiamento pode ser atribuído por contratos de iniciativa do IPAE (destinados só a pessoas colectivas, com pelo menos dez anos de actividade e já antes com apoios plurianuais) ou por concursos (apoios plurianuais ou projectos). Quanto aos critérios de selecção, define-se que as estruturas plurianuais devem realizar um mínimo de três criações por ano, com um total mínimo de 90 representações, não podendo cada criação ter menos de 20 representações; candidatos com projectos devem “realizar um mínimo de dez representações”.

Relativamente à composição de júris, esta varia segundo os concursos.

Por outro lado, as entidades com acordos de financiamento em vigor podem optar por cumpri-lo até ao seu termo ou denunciá-lo, concorrendo já no novo regime.

M.R.



## Estamos a chegar ao fim da campanha, na recta final para a vitória, sentindo que podemos ganhar e, sobretudo, que merecemos ganhar. Pelo que fizemos, pelas propostas que apresentámos, pelo programa que defendemos, pelo líder que temos.

Há dias, à volta da mesa do almoço e entre amigos, houve quem se manifestasse mal impressionado com as prestações do Dr. Durão Barroso. Confidenciando que tem sido uma desagradável surpresa. Antes da campanha, atribuiu-lhe mais qualidades do que as que veio a revelar, dizia um. Outro recordava que, quando foi eleito líder do PSD, o Dr. Durão Barroso foi praticamente endeusado pelos apoiantes e que a própria comunicação social não lhe regateou elogios, o que contribuiu para dar da «criatura» uma imagem de sucesso. Agora, mais exposto publicamente, tendo de responder às interpeleções de jornalistas e adversários políticos e sendo comparado com outros actores (inclusive do próprio partido), o presidente do PSD revela as insuficiências e debilidades que sempre teve e conseguiu esconder. Ou seja, ele foi sempre assim, fraco. Enquanto se manteve silencioso e pôde programar a seu contento as intervenções públicas, foi mais fácil aos especialistas de marketing construírem a imagem com que nos enganou durante algum tempo. Escondido, calado, passeando-se pela estranja como ministro dos Negócios Estrangeiros e tendo ao seu serviço uns quantos louvaminhas, foi fácil parecer o que não era. O desempenho do Dr. Durão Barroso faz-me lembrar «o imenso talento de Pacheco» de que fala Eça de Queirós, na *Correspondência de Fradique Mendes*. «Pacheco não deu ao seu país nem uma obra, nem uma fundação, nem um livro, nem uma ideia. Pacheco era entre nós superior e ilustre unicamente porque *tinha um imenso talento*». Como aconteceu com o líder do PSD, também «o talento imenso de Pacheco ficou sempre calado, recolhido, nas profundidades de Pacheco!», sem necessidade de fazer nada, de provar nada, porque «esta reserva, este sorriso, este lampear dos olhos, bastavam ao país, que neles sentia e saboreava a resplandecente evidência do talento de Pacheco». E foi assim que «o imenso talento de Pacheco pouco a pouco se tornava um credo nacional». E se isto era no século XIX, quando o marketing político era outro, o que não se pode fazer nos nossos dias com a ajuda das televisões e uns quantos assessores de imagem? O País não precisa de competências virtuais, mas de dirigentes realmente competentes e que inspirem confiança. Quem faz um acordo secreto, «um negócio por baixo da mesa», como fez o Dr. Durão Barroso com a direcção do Benfica, é bem capaz de ter feito outros favores e muitas promessas (para além das conhecidas, de prometer tudo a todos) para «comprar» votos e conquistar o poder a qualquer preço. Prometeu reduzir o IRS para as famílias de maiores rendimentos e aumentar o IVA para todos os contribuintes. Como a medida rendia poucos votos, retrocedeu e diz que não é bem assim, mas também não esclarece como vai ser. Desconfio que nem ele sabe. No dia 6 de Março, de manhã, prometeu congelar os salários da função pública. Como os funcionários públicos

## O PS pode ser julgado pela positiva, isto é pela avaliação concreta do que fez (ou não fez), da forma como actuou, das sinergias que criou ou da empatia social que desenvolveu.

Não foi fácil a actual campanha eleitoral para o Partido Socialista. A situação de partida era francamente desfavorável e tal foi reflectido, de certo modo, no início da campanha. O PS e o seu candidato tinham duas opções: romper com o sentido geral da governação dos últimos anos, assumindo-se como oposição dentro de si próprios ou afirmar, de forma consequente, a validade das opções feitas e comprometer-se com o seu desenvolvimento e aprofundamento. A primeira opção, independentemente da sua seriedade, era a que, num primeiro momento, parecia mais fácil. A renúncia inesperada do primeiro-ministro e a leitura que foi feita, no imediato, da mensagem eleitoral de Dezembro constituíam uma verdadeira «atração». Acresce a isto que desde o início - e violando todas as regras de um adequado debate político - o PSD colou-se à ideia da eventual falência das políticas do Governo e centrou todo o seu esclarecimento, exclusivamente, nessa suposta falência. Situação que, aliás, não mudou no decurso da própria campanha eleitoral. Com efeito é difícil identificar nas mensagens do PSD qualquer conjunto de ideias, propostas e medidas que constituam um modelo coerente de intervenção política ou mesmo identificar alternativas, mudanças ou linhas de rumo diferentes. Para o principal partido da oposição, a campanha eleitoral foi apenas o momento de afirmar a sua oposição ao Governo Socialista, com o pecado adicional de trazer para a discussão pública a avaliação dos últimos seis anos, quando verdadeiramente boa parte desse período já fora julgada, ratificada e apoiada nas eleições legislativas de 1999. Votar no PSD é, portanto, nestas circunstâncias, apenas e só, votar contra o PS. A campanha do PS, depois de algumas hesitações iniciais, orientou-se claramente pelo segundo caminho. A trajectória política e os resultados obtidos nos últimos anos são francamente positivos e animadores para a sociedade portuguesa e, deste modo, esta oportunidade não pode ser desperdiçada. Acresce também que essa trajectória, as medidas e as políticas e os consequentes resultados existem, podem ser avaliados, podem ser apoiados ou podem ser rejeitados. Essa é de certa forma a vantagem do PS e, como tal, deve ser assumida. Não há nenhuma razão, como se viu na avaliação política, feita nas eleições legislativas de 1999, e como decorre de imensos e diversificados inquéritos à opinião pública, para se pensar que a política dos últimos governos possa ser um fardo pesado e embaraçoso para o PS nas actuais eleições. É correcto o comportamento do camarada Ferro Rodrigues quando assume esse património. O PS pode ser julgado pela positiva, isto é pela avaliação concreta do que fez (ou não fez), da forma como actuou, das sinergias que criou ou da empatia social que desenvolveu. Ora no domínio dos princípios políticos e no combate às principais fragilidades da sociedade portuguesa, o PS tem obra feita e obra notável. É claro que existem dificuldades e áreas de intervenção que é preciso fortalecer ou corrigir. É evidente, por exemplo, que existe um problema na área da despesa pública e subsistem ainda iniquidades na área da política fiscal.

## O TALENTO IMENSO DA CRIATURA

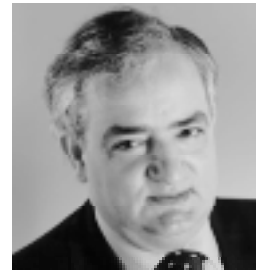
são muitos e têm família, o Dr. Durão Barroso fez contas e percebeu que perdia votos e, de tarde, apressou-se a dar uma conferência de imprensa para, mais uma vez, desdizer o que antes afirmara. Espero que os visados não se deixem enganar e se recordem do que disse, não há muito tempo, o «patrão» Dr. Ludgero Marques, apoiante do PSD, sobre os 150 mil empregados a mais na função pública. O que é que isto indicia? Provavelmente despedimentos. Mais recentemente, o prof. Cavaco Silva foi mais longe, dizendo que para nos livrarmos «deles», dos funcionários públicos, não vai ser fácil, acrescentando que «só resta esperar que acabem por morrer». Para bom entendedor não é preciso mais. Com o PSD, os funcionários públicos que se cuidem. O que de melhor podem esperar é não terem aumentos salariais. E é esta gente que se atreve a acusar o governo do PS de fazer «ziguezagues!» O Dr. Durão Barroso faz tantas pueretas que não parece uma ventoinha. De manhã diz uma coisa e à tarde o oposto do que disse de manhã. Um homem assim, um dirigente político deste calibre não inspira confiança. Quem é que lhe compraria um carro em segunda mão? Ou quem estaria disposto a emprestar-lhe um carro novo para ele fazer a rodagem? Estamos a chegar ao fim da campanha, na recta final para a vitória, sentindo que podemos ganhar e, sobretudo, que merecemos ganhar. Pelo que fizemos, pelas propostas que apresentámos, pelo programa que defendemos, pelo líder que temos. Para cortarmos a meta em primeiro lugar, só é preciso que ninguém fique em casa e que cada um de nós, nestes dois dias, convença os indecisos e explique aos eleitores de esquerda quão importantes são estas eleições. O que está em causa, no próximo domingo, não é só a escolha do primeiro ministro - o que já não é pouco! - é o futuro do país. O Dr. Ferro Rodrigues é o primeiro-ministro que os portugueses merecem e de que Portugal precisa. É nele que se devem concentrar os votos de todos os que não querem o Dr. Durão Barroso como primeiro-ministro e que desejam para os seus filhos um Portugal moderno e solidário.



EDITE ESTRELA

## ESTOU CONFIANTE!

Só que há causas para isso e nem todas (a maioria) são da responsabilidade dos socialistas. Quem fizer honestamente as contas verificará, por exemplo, que os problemas na área das finanças públicas que conduziram a desequilíbrios que se torna indispensável controlar, não existiriam, ou pelo menos não teriam importância, se as previsões prudentes e realistas do crescimento económico se tivessem verificado. Dir-se-á que o Governo foi pouco avisado na necessidade de controlar a despesa pública, mas é um facto que o caminho correcto foi, entretanto, iniciado como decorre da evolução decrescente do índice que mede o peso da despesa no PIB e, nomeadamente, da aprovação de medidas de contenção da despesa pública corrente que se encontram em plena aplicação. Há ainda que analisar o ponto de partida. O cavaquismo deixou, na área das finanças públicas uma situação verdadeiramente calamitosa. O Monstro de que fala, muitas vezes, o prof. Cavaco é o filho dilecto das políticas cavaquistas. Por outro lado, em 1995, era enorme o défice das políticas sociais na sociedade portuguesa. A situação era insustentável e impunha-se um esforço nestas áreas que inevitavelmente travaria a trajectória descendente da despesa pública. No plano da equidade fiscal é absolutamente indispensável reforçar as medidas de combate à evasão e fraude nos impostos. Só que é precisamente esse o caminho que o Governo Socialista iniciou, e o candidato do Partido confirmou. Será que a opinião pública já se esqueceu dos múltiplos perdões fiscais da era cavaquista? A situação económica portuguesa, ao contrário do que o PSD afirma, é potencialmente boa e não se aproxima, nem de longe nem de perto, do cenário catastrofista e derrotista trabalhado pelo líder laranja. Neste domínio algumas das mais recentes afirmações do PSD são verdadeiramente inacreditáveis e só podem justificar-se à luz de um receio profundo de governar ou de uma tentativa canhestra de justificar futuros insucessos. Felizmente que este cenário não ocorrerá pois o eleitorado tem memória e, sobretudo, tem uma enorme capacidade para fazer julgamentos justos e adequados. E não terá dúvidas em escolher entre o artificialismo, o vazio e a demagogia de Durão Barroso e a consistência, a competência e o espírito de serviço público, «assumido muitas vezes com humildade», que caracterizam a personalidade do nosso camarada Ferro Rodrigues. Por tudo isto não me limito a acreditar... estou confiante.



MANUEL DOS SANTOS

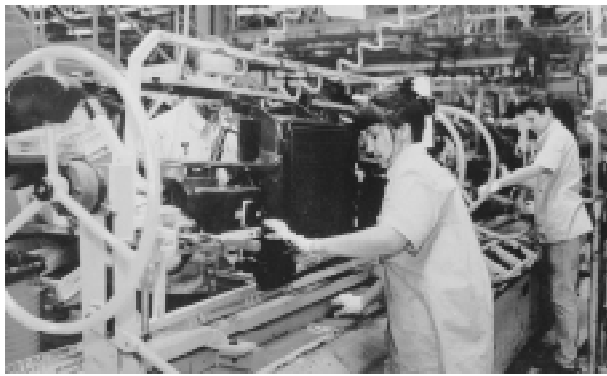
## MERCADO LABORAL

# PRODUTIVIDADE SIM MAS SEM DESEMPREGO

António Dornelas, secretário de Estado do Emprego, insurgiu-se contra uma política de aumento de produtividade sustentada por uma política de despedimento.

Quando se discute a orientação futura das políticas sociais e de emprego europeias - principal tema da reunião de quinta-feira, em Bruxelas, dos ministros do Emprego e Assuntos Sociais dos Quinze - o governante português rejeitou a pretensão de alguns Estados-membros, como o Reino Unido, de se avançar na liberalização do mercado de trabalho. Questionado sobre as vantagens que essa liberalização teria para o aumento da produtividade no País, Dornelas considerou que "permitir despedimentos mais fáceis e baratos é, provavelmente, uma forma bastante rápida de aumentar a produtividade, mas não é para nós a estratégia adequada".

Segundo o secretário de Estado, "trata-se de uma resposta de efeito conjuntural rápido e positivo do ponto de vista da competitividade, mas muito negativo do ponto de vista da



coesão social".

"Depois do que se fez em seis anos no domínio social, estamos agora num bom momento para

encarar um problema muito complicado que é o da reforma do mercado de trabalho", defendeu António Dornelas, acrescentando que "os

indicadores do emprego em Portugal são bons e o sistema de segurança social está mais adaptado do que há seis anos atrás", portanto, disse, "podemos agora começar a fazer essa reforma com maior eficiência e menores custos sociais".

Quanto à orientação das políticas sociais e de emprego da União Europeia, a adoptar na Cimeira de Barcelona, Dornelas tem "esperança de que a estratégia de Lisboa se mantenha", no sentido de se continuar a privilegiar três linhas directrices: a eficiência económica, as políticas activas de emprego e as políticas de coesão social.

Foi pelo menos essa a posição defendida por Portugal junto dos Quinze, quando alguns países manifestam alguma tendência para começar a privilegiar a vertente económica em detrimento das questões sociais.

"Portugal está convencido de que uma estratégia que não invista o suficiente nas políticas activas de emprego e de coesão social, é uma estratégia inadequada para a União Europeia e Portugal", sustentou António Dornelas, para quem a possibilidade de a vertente económica vir a predominar nas conclusões de Barcelona é "real".

Todavia, a propósito das posições apresentadas pelos vários Estados-membros, o governante português destacou que "a tendência dominante é a de reequilibrar a estratégia europeia de emprego, à luz do definido em Lisboa, melhorando e simplificando os processos mas não a abandonando a favor de pressões automatismos económicos".

M.R.

## INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

# INVESTIGAÇÃO GANHA PESO NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**O forte apoio dado pelo Governo às empresas que apostem na inovação e no desenvolvimento tecnológicos, através de diversos programas, tem permitido que as empresas portuguesas estejam hoje mais conscientes da importância da Investigação e Desenvolvimento (I&D), uma tendência testemunhada pela Agência de Inovação, entidade que recebeu 170 candidaturas na primeira chamada para projectos susceptíveis de beneficiarem de apoios financeiros.**

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Agência de Inovação (AdI), Lino Fernandes, o volume de projectos apresentados até Outubro de 2001, data em que terminou o prazo para entrega de candidaturas à primeira avaliação do Programa de Apoio à Investigação em Consórcio, é um sinal muito positivo, tendo em conta que entre 1996 e 2000 foram aprovadas 183 propostas.

Ainda que nem todos os 170 projectos de investigação candidatos a financiamento público, e que representam um total de intenções de investimento superior a 17 milhões de contos (84,7 milhões de euros), sejam aprovados, o seu número é, por si só,

expressivo, disse.

Entre 1996 e 2000, através dos Programas de Apoio à Investigação em Consórcio com verbas do II Quadro Comunitário de Apoio (II QCA), a AdI aprovou 183 propostas com um financiamento público de 8,3 milhões de contos (41 milhões de euros), que viabilizaram um investimento total de 15,8 milhões de contos (78,8 milhões de euros).

Os projectos, muitos já disponíveis em produtos em comercialização e outros em fase de finalização, apresentam um financiamento médio de 45,3 milhares de contos (225,9 milhares de euros) por projecto, correspondendo a uma comparticipação pública de 52 por cento da despesa.

O novo Programa de Apoio à Investigação em Consórcio com verbas do III QCA, provenientes do POCTI (Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação) e do POSI (Programa Operacional para a Sociedade de Informação), só termina em 2006.

Confirmando o papel que esta medida tem tido no alargamento do universo das empresas com actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), a Agência de Inovação nota que mais de 63 por cento das 270 empresas que se candidataram até Outubro de 2001 não integraram os consórcios com projectos apoiados nos últimos anos.

O prazo de entrega para a próxima fase de avaliação encerra a 28 de Fevereiro de 2002. Os 183 projectos aprovados entre 1996 e 2000 envolveram a participação de 527 organizações (263 empresas e 264 entidades não empresariais, nomeadamente instituições de investigação), o que corresponde a três participações por projecto.

A participação das empresas esteve a cargo de 211 entidades diferentes, o que se deve ao facto de algumas empresas terem participado em mais de um projecto.

Comparando com os dados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico, realizado em 1995 pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT), constata-se que mais de metade destas empresas não registavam despesas de I&D identificadas nesta data, o que permite constatar que esta medida de apoio à investigação empresarial terá contribuído de forma relevante para o alargamento do universo das empresas com actividades de investigação aplicada, considera a AdI.

A maioria do financiamento aprovado destinou-se a empresas (60 por cento), cabendo o restante a entidades do sistema de Ciência e Tecnologia (Laboratórios de Estado, outros serviços estatais, centros tecnológicos, unidades de I&D do ensino superior e instituições de interface universidade/empresa).

A dinâmica de investigação do ensino superior, que recebeu 16 por cento do financiamento, não deixa de ser assinalável, nota a AdI.

Outro aspecto importante é o facto de quase 30 por cento do financiamento ter sido direccionado para projectos em cooperação internacional, o que, no contexto português, representa uma taxa significativa de internacionalização.

A partir da presidência portuguesa da iniciativa EUREKA, no segundo semestre de 1997, a internacionalização dos projectos passou a ser uma prioridade clara no apoio à investigação em consórcio, como factor de fortalecimento do seu carácter inovador e como condição favorável à sua posterior valorização no mercado internacional.

A Agência de Inovação, SA, é participada em capitais públicos pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) e Ministério da Economia, através respectivamente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI).

O objectivo da sua actuação é promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português.

**Os discursos da oposição ao Partido Socialista pouco trazem de novo. Dizem o que o Partido Socialista dizia do PSD, quando Cavaco Silva estava no poder. Entretanto, os tempos mudaram e as dificuldades aumentaram. Não sabemos, por exemplo, o que pensa o PSD do lóbis do futebol, mas sabemos que interesses representa Valentim Loureiro, como presidente da Liga Profissional de Futebol- não sabemos se fará as necessárias reformas do sistema político, particularmente a da limitação dos mandatos dos titulares de cargos políticos, mas sabemos que João Jardim, referência política para Ferreira Torres, é intocável na eternização do seu poder.**

## ACREDITAR NA MUDANÇA É VOTAR EM FERRO RODRIGUES

LUÍS ALMEIDA

Após as eleições autárquicas, o Partido Socialista tem vindo a fazer a sua autocrítica. António Guterres deu o exemplo, demitindo-se de primeiro-ministro e, assim, criou as condições para um debate no Partido que permitisse uma avaliação serena do seu Governo. Esse exemplo foi seguido em algumas estruturas do PS. E, a nível nacional, o PS reconheceu que nem sempre foi firme na governação, que há vícios no funcionamento interno do Partido, que não deu atenção devida aos independentes que apoiaram o PS nos Estados Gerais, que não soube resistir à pressão de lóbis, etc., mas também lembrou as marcas positivas da sua governação que ninguém pode, honestamente, contestar, como, por exemplo, o rendimento mínimo e a rede escolar do pré-primário.

Entre os mais destacados ministros do Governo do PS, Ferro Rodrigues é um deles. Foi um ministro competente e determinado, levando a cabo as reformas sociais de que se incumbiu. Discordamos, por isso, do *outdoor* do PSD que coloca uma criança a perguntar: "Pai, Ferro Rodrigues não faz parte do Governo de António Guterres?" É que as crianças não devem ficar sem resposta. E falta neste *outdoor* resposta do Pai: "Sim, Ferro Rodrigues fez parte do Governo de Guterres, mas foi um dos bons ministros desse Governo". Quando se chama uma criança para intervir na política devia-se explicar tudo até ao fim. Se assim não acontecer, apenas se explora a inocência das crianças e isso é feio.

Ninguém duvida que Ferro Rodrigues foi um bom governante, marcou o Governo do PS pela positiva, concretizou os projectos com dedicação e competência e, além disso, sabe reconhecer os erros do Governo a que pertenceu. E saber reconhecer erros é a primeira garantia de não os repetir, fazendo melhor do que o que foi feito. De Durão Barroso pouco sabemos. Sabemos que desempenhou razoavelmente o lugar de ministro dos Negócios Estrangeiros, mas esta pasta é a mais fácil de um governo. Sabemos que promete hoje, o que amanhã lhe dizem os do seu próprio partido, que não deve levar a cabo. Veja-se o que aconteceu com a promessa da privatização da Caixa Geral de Depósitos. Os economistas mais reputados do PSD vieram logo dizer que isso era um erro grave. Promete que não fará outra ponte em Lisboa, mas também o PS já disse que não o faria. Promete subir as pensões, baixar os impostos, etc., tudo aquilo que, em altura de eleições, todos os outros também podem prometer. Há mais um aspecto que torna Durão Barroso diferente de Ferro Rodrigues. Durão Barroso, quando fala, parece que está zangado e nós precisamos de um primeiro-ministro, como acontece com Ferro Rodrigues, sereno, para Governar sem se zangar com os portugueses.

Os discursos da oposição ao Partido Socialista pouco trazem de novo. Dizem o que o Partido Socialista dizia do PSD, quando Cavaco Silva estava no poder. Entretanto, os tempos mudaram e as dificuldades aumentaram. Não sabemos, por exemplo, o que pensa o PSD do lóbis do futebol, mas sabemos que interesses representa Valentim Loureiro, como presidente da Liga Profissional de Futebol- não sabemos se fará as necessárias reformas do sistema político, particularmente a da limitação dos mandatos dos titulares de cargos políticos, mas sabemos que João Jardim, referência política para Ferreira Torres, é intocável na eternização do seu poder. Promete, no entanto, muita coisa, mas como Durão Barroso já recuou relativamente à privatização da Caixa Geral de Depósitos, é natural que também recue em tudo o que promete.

As reformas mais importantes são as que fazem o futuro do País e essas são essencialmente duas: criar condições para que o País se torne competitivo numa indústria de qualidade e esta não é o futebol, pois o futebol não é uma indústria de qualidade e esta não é o futebol, pois o futebol não

é uma indústria que traga valor acrescentado. Essa reforma terá de ser acompanhada por uma outra: a do sistema educativo. Sem um sistema de ensino que promova a competência profissional não é possível desenvolver o País. A menos que caiamos no tipo de alguns cursos que se compram, como se compram frigoríficos, no Brasil. E, então, em vez de haver quem daqui parta para o Brasil para comprar um diploma, na ambição patética de que alguém comece a chamar-lhe doutor, passam os brasileiros a vir a Portugal.

Também não sabemos como Durão Barroso vai impor mais rigor nas finanças públicas e como responsabilizará os autarcas pelo esbanjamento dos dinheiros dos contribuintes. Nada diz sobre a reforma da justiça: se melhorará o sistema com uma legislação clara e uma avaliação rigorosa do funcionamento dos tribunais, ou continuará a permitir que a justiça seja célebre para os pobres e muito lenta, quase ineficaz, para os poderosos.

Nestas matérias, sabemos que Ferro Rodrigues conhece os problemas actuais da governação, sabe aprender com a experiência, quer fazer urgentemente as reformas de que precisa o País e, por isso, está mais preparado para mudar o que está mal.

Perante tudo isto que conclusão tirar?

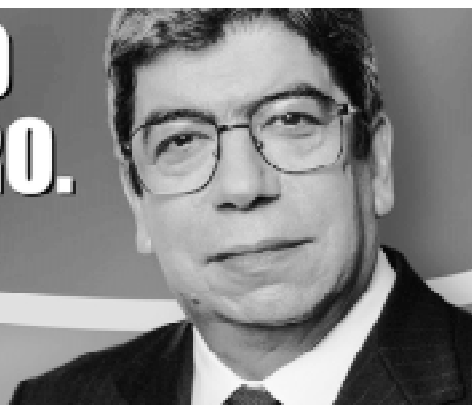
Para mim, só há uma conclusão possível: votar em Ferro Rodrigues é votar claramente em quem soube aprender com a experiência governativa e demonstrou já que é competente e é capaz de levar a cabo as reformas necessárias. Votar em Durão Barroso é dar um "tiro no escuro". Desconhece-se se, o que diz hoje, será para valer amanhã.

Há um ditado que diz: "Mais vale um pássaro na mão do que dois a voar". Então, que mais queremos para acreditar que, com Ferro Rodrigues, teremos a mudança certa, a que todos nós desejamos e o País precisa?!...

**VOTE NUM GOVERNO COM A MÃO DE FERRO.**



www.ps.pt



# A SEMANA PREVISTA

SEG.  
TER.  
QUA.  
QUI.  
SEX.  
SÁB.  
DOM.

O comício de encerramento da campanha do PS está marcado para a próxima sexta-feira, dia 15 de Março, às 21.30h, no pavilhão 4 da FIL do Parque das Nações, em Lisboa.

17 Março é domingo de eleições. Para que a vitória socialista se torne uma realidade é necessário que nem um só voto da esquerda se perca. A concentração de votos no PS é por isso essencial para que Portugal possa solidariamente prosseguir o caminho do desenvolvimento e do progresso.

Com a presença do primeiro-ministro, António Guterres, e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, tem lugar o Conselho Europeu de Barcelona.

A "Reinvenção da Função Pública" é o tema do 3º encontro do Instituto Nacional de Administração, cuja sessão de abertura será presidida pelo ministro Alberto Martins.

Os secretários de Estado da Cooperação e do Tesouro e Finanças participam na Conferência Internacional sobre "Financiamento ao desenvolvimento", que terá lugar no México.

O secretário de Estado do Ensino Superior inaugura as novas instalações do Instituto Politécnico de Leiria.

Com a presença de José Lamego, uma delegação da Internacional da Socialista baseada no comité para o Médio Oriente, desloca-se a Telavive e Ramallah, na Cisjordânia, com o objectivo de promover o diálogo israelo-palestinoiano, com vista a acabar com a crescente escalada de guerra.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## ACÇÃO SOCIALISTA

### INFORMAÇÕES ÚTEIS

CNE Comissão Nacional de Eleições  
Tel 21 3923800 Fax 21 3953543  
www.cne.pt

Av. D. Carlos I, 128 - 7º piso - 1249-065 Lisboa

STAPE Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral  
Tel 21 394 71 00 Fax 21 390 92 64  
Nº Azul 808 200 142  
www.stape.pt

Av. D. Carlos I, 134 - 1249-104 Lisboa

MAI Ministério da Administração Interna  
Tel 21 3233000 Fax 21 3468031  
www.mai.gov.pt

Praça do Comércio - 1149-015 Lisboa

Sede do Partido Socialista  
www.ps.pt

Tel 21 3822000 Fax 21 3822016  
Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

Governo Civil de Coimbra

Tel 239 852801

Couraça da Estrela - 3000 Coimbra

Governo Civil de Faro

Tel 289 810911 Fax 289 813533

Praça D. Francisco Gomes - 8000 Faro

Governo Civil de Lisboa

Tel 21 3218888 Fax 213473989

Rua Capelo - 1200 Lisboa

Governo Civil do Porto

Tel 22 2097555 Fax 22 2097557

Rua Augusto Rosa - 4000 Porto



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director António José Seguro

Director-adjunto Silvano Gomes da Silva  
silvanogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro José Manuel Viegas

Grafismo Miguel Andrade

Redacção J.C. Castelo Branco

castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues

maryr@partido-socialista.pt

Secretariado Sandra Anjos

sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica Francisco Sandoval

fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao

E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo

1400-091 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas  
de apoio é livremente fixado  
pelos assinantes  
a partir dos valores indicados



9 177087 1102110